



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 605 - DE 15 A 29 DE MARÇO DE 2020 - R\$ 4,00

CORONAVIRUS



A burguesia e seus governos mascaram as reais causas da crise econômica com a pandemia

ACIRRA A GUERRA COMERCIAL TRAVADA PELAS POTÊNCIAS!

A classe operária e demais explorados têm de responder às violentas consequências com o programa de expropriação do grande capital e controle coletivo da produção

Nenhum apoio à campanha governamental, que aterroriza a população e desresponsabiliza a burguesia pela pandemia!

Nenhuma frente com a burguesia, governo e Congresso Nacional! Não desmontar a luta dos explorados contra as reformas antinacionais e antipopulares! Em defesa dos empregos, salários, educação e saúde públicas

Abaixo a submissão de Bolsonaro aos Estados Unidos!

Pôr em pé uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária!

Não distrair a atenção do essencial Não seguir os passos da burguesia e seus governos

Não resta dúvida de que a proliferação do coronavírus configurou uma pandemia. A sua real dimensão, resposta e solução, porém, estão nas mãos das potências imperialistas e dos governos. É a classe que detém os meios de produção, controla as riquezas, movimenta os laboratórios, maneja a indústria farmacêutica, decide sobre as campanhas, e dispõe do sistema de saúde (pública e privada).

As massas estão a mercê da política burguesa, embora sejam a imensa maioria, e arquem com as maiores consequências da pandemia. É previsível que o impacto da mundialização do vírus mortal atinja de forma distinta os povos. Os recursos materiais e científicos estão em poder de um punhado de potências. Os países mais débeis, se forem tomados pela pandemia, sofrerão mais. As populações mais pobres estão indefesas.

Iniciado na China entre a população, o surto se propagou por meio de executivos, empresários, comerciantes, turistas, etc. Vai se agravar, no caso de chegar aos bairros pobres e miseráveis. As massas não contam com os recursos para recorrer à medicina privada. E os países economicamente atrasados ficam à mercê das ações do imperialismo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a pandemia, mas não agiu contra o egoísmo nacional das potências. Os Estados Unidos decidiram unilateralmente proibir por um mês os voos de países europeus. Em seguida, Trump amenizou a drástica medida. No interior da Europa, países fecham suas fronteiras. No Brasil, o estado de Roraima pediu ao governo federal o fechamento da fronteira com a Venezuela. O mundo está diante do ditado popular “cada um por si e deus por todos”. Como deus não existe, sobra “cada um por si”. Assim funciona o capitalismo!

O coronavírus se manifestou bem no momento em que a crise econômica estava por eclodir, à semelhança de 2008. Nada melhor do que um pânico sanitário para acobertar a real situação da economia mundial. É claro que a alteração na normalidade das relações comerciais, motivadas por medidas de proteção nacional, promovidas pelas potências, seria prejudicial. No entanto, não é a pandemia que está derrubando as Bolsas, desalinhando as moedas, agravando as dívidas dos Estados e desacelerando a produção.

O capital financeiro e os monopólios necessitam pro-

teger seus lucros. Pressionam os governos a intervirem a seu favor. Os Bancos Centrais dos Estados Unidos e Europa apresentaram planos para evitar a queda abrupta da economia. Foi o que fizeram na debacle de 2008-2009. O monopólio petrolífero acirra a guerra comercial. Diante da pandemia, porém, os Estados não se responsabilizam pela proteção dos explorados, dos pobres e miseráveis.

É visível a especulação dos financistas. A enorme desvalorização da Petrobras do dia para a noite testemunha o jogo especulativo, que existia antes com a valorização artificial, e que, agora, é usada contra a empresa que está em processo de privatização.

Há, no entanto, uma via oposta à da burguesia. Os sindicatos, centrais e movimentos devem denunciar a gigantesca transação entre o capital financeiro, os Bancos Centrais e os governos burgueses. Demonstrar o fechamento das fronteiras nacionais e a proteção nacional em detrimento da proteção internacional. Mostrar que as potências têm fartos recursos acumulados pelo saque das semicolônias, e que, em um momento de pandemia, servem para proteger sua burguesia. Ocorre que as direções burocráticas seguem os passos da burguesia e governos.

As centrais sindicais, no Brasil, emitiram uma nota em que propõe “um amplo diálogo para definir medidas necessárias para conter a crise do coronavírus e a crise econômica”. Bolsonaro e seus lacaios cancelaram o ato do dia 15. Em seguida, o PSOL desmarcou a manifestação do dia 14 de março dos 2 anos do assassinato de Marielle. As centrais sindicais indicaram em seu comunicado o desejo de suspender o “Dia Nacional de Luta”, em 18 de março. Em seguida, a Executiva Nacional da CUT confirmou o cancelamento das manifestações. Essa posição política favorece as manobras da burguesia e do governo carrasco do povo.

A vanguarda deve rechaçar esse seguidismo. E defender que somente a classe operária e os demais explorados organizados podem lutar por medidas reais de proteção às massas e aos países oprimidos pelo imperialismo. O programa do proletariado tem por fundamento a expropriação da propriedade privada dos meios de produção. É com esse programa que as massas poderão se defender do coronavírus e da desintegração do capitalismo.

Adquira com nosso distribuidor

**30 anos construindo
o Partido Operário
Revolucionário (POR)**

Centrais sindicais desmontam o dia 18 de março

13 de março de 2020

O Instituto Marielle Franco cancelou a manifestação de 14 de março. A CUT adiantou a decisão da reunião das centrais, marcada para o dia 16, suspendendo as manifestações coletivas de 18 de março, “Dia Nacional de Luta”. A CNTE cancelou as manifestações, que coincidiam com o dia 18. A Apeoesp, por sua vez, suspendeu a assembleia convocada para esse mesmo dia. A CSP-Conlutas anunciou que as centrais avaliariam a realização de atos públicos, evitando dizer se estava contra ou a favor.

No dia 12 de março, as centrais emitiram um comunicado com o seguinte teor: *“Propomos um amplo diálogo com a sociedade e com o Congresso Nacional para definir as medidas necessárias para conter a crise do coronavírus e a crise econômica”*. Assim, renunciou o desmonte do “Dia Nacional de Luta”. No dia 13, a Executiva Nacional da CUT colocou-se por: *“Não realizar atos públicos com conglomeração de pessoas...”*.

As direções burocráticas atenderam às pressões da burguesia e do governo. Bolsonaro e seus asseclas cancelaram a manifestação do dia 15, em nome da segurança da população e do patriotismo. Era esperado, portanto, que as centrais sindicais, pressionadas pelo PT, PCdoB e PSOL, seguissem a orientação de evitar a polarização política. A ideia é de que é preciso ter unidade nacional para enfrentar a pandemia. As centrais se esconderam por trás da suposta defesa da saúde pública.

O cancelamento das manifestações públicas do “Dia Nacional de Luta” é uma clara capitulação diante das pressões da burguesia brasileira e do imperialismo. Essa conduta política é própria das direções que praticam a conciliação de classes.

A única forma dos explorados se defenderem da pandemia é ganhando as ruas e paralisando o País. Se dependerem de Bolsonaro e do Congresso Nacional para conter o surto do coronavírus, estão perdidos. Temos a experiência das milhares de mortes causadas pela dengue (de maior mortalidade), sarampo (mais contagioso), etc. As vítimas têm sido os pobres e miseráveis. A resposta de Bolsonaro e do Congresso Nacional foi a de cortar gastos com a saúde pública. A exigência de que o Estado e o governo se responsabilizem pela população desprotegida cai no precipício da hipocrisia, se as centrais, sindicatos e movimentos não organizam grandes manifestações por todo o País.

As manifestações do “Dia Nacional de Luta” estavam amparadas nas greves da educação e as projetariam. Era, portanto, imprescindível que fossem mantidas, incorporando a reivindicação de proteção da população pelo Estado burguês. É justamente nesse momento que emerge a bandeira de expropriação do sistema privado de saúde, e constituição de um sistema único estatal, controlado pelos trabalhadores. Nem mesmo a CSP-Conlutas, que inscreve em sua bandeira o classismo e a independência política diante da burguesia, suportou a pressão política, e se mostrou incapaz de se opor terminantemente à posição capituladora do comunicado da reunião extraordinária das centrais sindicais de 12 de março.

Não ao desmonte das manifestações do dia 18 de março!

Somente a classe operária e demais explorados mobilizados poderão se defender das consequências da crise econômica e da pandemia.



Declaração do

11 de março de 2020

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Crise mundial se agrava pelo coronavírus e queda do preço do petróleo

A queda das bolsas, das ações, dos bônus e do preço das commodities põe em evidência a profunda crise mundial do capitalismo, que não consegue superar o estouro de 2008/2009.

O coronavírus mostra toda a fragilidade da economia capitalista e o desespero dos governos em sustentar os “mercados”, antes de resolver os problemas sanitários da população.

A economia mundial já estava freada pela crise, que se potenciou com a guerra comercial e as medidas que adotadas

nas últimas semanas. Os EUA tomaram medidas extraordinárias para manter a atividade econômica, antes mesmo do fenômeno do coronavírus.

Se essa crise não explodisse pelo coronavírus ou pelo petróleo, poderia eclodir pela bolha da dívida gigantesca, pela quebra de países que não podem continuar pagando sua dívida externa, ou qualquer outro motivo. A economia mundial está estancada, e a tendência é de que se acentue esta situação.

Este quadro de recessão econômica

mundial é o que gera uma super oferta de petróleo, que não pode ser regulada pelos países produtores, porque não há acordo entre eles para reduzir sua produção e manter o preço (Rússia, EUA e Arábia Saudita). A brusca queda do preço do petróleo, que tinha quase 30 anos que não ocorria, arrastou os preços de outras commodities, das ações, das moedas, etc. O acordo estabelecido em 2017, pela Opep, já limitava a produção, para manter os preços, enquanto crescia a produção nos EUA.



A brusca queda do preço pode prejudicar os EUA, uma que foi sobre a base do processamento do xisto que lhe permitiu se tornar em principal produtor, e este tipo de exploração tem um custo mais elevado. Mas, seguramente, prejudica ainda mais os países semicoloniais, que dependem fortemente da exportação de petróleo e outras matérias-primas para sustentar suas economias.

As petroleiras multinacionais estabelecem quais são suas prioridades, onde produzem, desde onde exportam e onde extraem a maior rentabilidade. Nossos países não podem ficar presos às decisões das multinacionais. A exploração petrolífera deve ser estatizada, sem indenização, sob controle operário coletivo. O que garante a plena soberania sobre nossos recursos.

O problema dos problemas não é o coronavírus. É a decomposição capitalista, sua incapacidade para sair da profunda crise, devido à contradição fundamental entre o alto grau alcançado pelo desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, baseadas na grande propriedade privada dos meios de produção, cada vez mais concentrada, na globalização das forças produtivas, que se chocam com as fronteiras nacionais. Aí se encontra a base do empobrecimento geral da população, do

É necessário exigir dos Estados que garantam um serviço de saúde universal, gratuito e o aumento dos recursos necessários para atender os doentes, e prevenir a ameaça do coronavírus e outras enfermidades.

desemprego, miséria, fome, migrações. Nessas condições, qualquer epidemia causa estragos na população, seja o coronavírus, a dengue, ou o sarampo.

É necessário exigir dos Estados que garantam um serviço de saúde universal, gratuito e o aumento dos recursos necessários para atender os doentes, e prevenir a ameaça do coronavírus e outras enfermidades.

A extrema dificuldade das potências para superar a crise, aberta em 2008, indica que permanece presente uma capacidade produtiva excedente, o estreitamento do mercado mundial, as particularidades dos impasses em cada país, a inviabilidade de soluções regionais duradouras, as pressões da composição orgânica do capital sobre a taxa de lucro média dos monopólios, assim como a resistência das massas, que acirra a luta de classes.

Volta-se a discutir qual é a solução. Dizemos: não há saída possível para o capitalismo em crise, cuja sobrevivência nos submete a todo tipo de sofrimentos, nos empurra à barbárie. Não há, portanto, como reformá-lo. Neste quadro de colapso, se aprofundam as tendências direitistas da burguesia em todo mundo, devido à necessidade dos exploradores descarregarem a crise sobre as massas.

Os oprimidos, em toda a parte, abrem caminho lutando, para enfrentar os ajustes e contrarreformas que impulsionam os governos, a mando do capital financeiro. É nesta luta que temos de nos apoiar, para avançar na solução da crise de direção internacional da classe operária.

As massas oprimidas, com a classe operária à frente, têm a resposta: a revolução social, para acabar com o regime capitalista, pondo fim à grande propriedade privada, transformando-a em propriedade social, instalando seu próprio governo, da maioria oprimida, um governo operário e camponês. A perspectiva continua sendo: Socialismo ou Barbárie Capitalista.

Declaração do CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional), 11 de Março de 2020

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL



R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

18 de março- “Dia Nacional de Luta”

Abaixo as contrarreformas do governo antinacional e antipopular!

Constituir uma frente única anti-imperialista

A implantação da reforma trabalhista vem mostrando as consequências perversas que recaem sobre os assalariados. A expansão da terceirização acelera a destruição de antigos direitos conquistados pela classe operária. As mudanças nas relações de trabalho dão um poder quase absoluto aos capitalistas. A concorrência entre trabalhadores efetivos e terceirizados facilita ao patronato aumentar a taxa de exploração da mão-de-obra e, consequentemente, o rebaixamento geral dos salários. As consequências, por sua vez, da reforma da Previdência não se manifestam tão imediatamente como as da reforma trabalhista, a não ser o aumento da alíquota. Não demorará, no entanto, para os explorados sentirem o seu peso destrutivo. O desemprego, subemprego e trabalho temporário e informal formam um todo. São milhões de brasileiros que suportam a crise estrutural do capitalismo.

As condições que empurram as massas trabalhadoras para a pobreza e a miséria emergem da contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção monopolizadas. Está aí por que se agigantou a concentração de riqueza nas mãos de 1% de capitalistas, e se expandiu a pobreza e miséria da maioria que sobrevive do trabalho. As contrarreformas trabalhista e previdenciária acirram essa contradição.

O capital financeiro e monopolista exige de Bolsonaro e do Congresso Nacional a aprovação de mais contrarreformas. Agora, o alvo é o funcionalismo. A reforma administrativa objetiva abrir caminho para a terceirização, contratos temporários, redução da jornada com redução salarial, entre outras medidas. Bolsonaro/Guedes assumiu o objetivo de enquadrar o funcionalismo na reforma trabalhista de Temer. Lembremos que a reforma da Previdência colocou o funcionalismo na vala comum do Regime Geral-INSS. A PEC Emergencial, em tramitação no Congresso Nacional, dá poderes ao governo para romper o princípio constitucional de gastos obrigatórios (saúde, educação), e diminuir jornada e salário do funcionalismo. O excedente de recursos será utilizado para pagar a dívida pública.

A desconstitucionalização de gastos sociais, desmonte da CLT e mudanças no sistema previdenciário conduzem ao rebaixamento salarial, desoneração da folha de pagamento em favor do patronato, e diminuição de gastos públicos. De um lado, as contrarreformas protegem os lucros dos capitalistas e, de outro, permitem a valorização parasitária do capital financeiro, em grande medida, vinculado à dívida pública, que se aproxima de 90% do Produto Interno Bruto (PIB).

Essa composição, ditada pela crise estrutural do capitalismo, reforça as tendências de estagnação da economia nacional. Os reflexos negativos sobre a taxa historicamente alta de desemprego e subemprego são brutais. A mutilação da força de trabalho resulta em destruição de parte das forças produtivas. O seu enorme potencial não utilizado vem da contradição entre as forças produ-

vas e as relações capitalistas de exploração do trabalho. O saque imperialista e a voracidade do capital financeiro parasitário atrasam a produção e a produtividade.

O reformismo petista teve a oportunidade de pôr em prática sua política denominada “antineoliberal” e de “distribuição de renda”. Fracassou, como era previsto. Não há como impulsionar reformas progressivas de proteção à força de trabalho e à economia nacional na época imperialista de decomposição do capitalismo mundial. O curso da política burguesa tomado após o golpe de Estado, em 2016, e a prostração do reformismo de reagir confirmaram a imperiosa necessidade da burguesia nacional de descarregar a crise sobre a maioria oprimida, e do imperialismo em descarregá-la sobre os países semicoloniais. Observa-se que o período de democratização pós-ditadura militar veio ao encontro dos interesses do capital financeiro e dos monopólios.

A classe operária deu sinais de reação à política antinacional e antipopular de Temer e Bolsonaro, com duas greves gerais. No entanto, a traição da direção sindical favoreceu a ofensiva dos governos pró-imperialistas. Traição que acaba de se repetir, na greve dos petroleiros.

A crise mundial de 2008 pôs à luz do dia o quanto a dinâmica do desenvolvimento nacional e da política econômica do governo está condicionada pela movimentação do capital imperialista. A retomada da crise mundial, agora, atingirá mais profundamente ainda a estrutura econômica do Brasil, cujos sintomas de desindustrialização, regressão nas forças produtivas industriais e na força de trabalho se fizeram sentir mais amplamente na recessão de 2015-2016.

As privatizações que tomaram corpo sob o governo de Fernando Henrique Cardoso, hoje, ganham novo impulso com Bolsonaro/Guedes. O governo pró-imperialista acaba de submeter o Brasil a um acordo militar com os Estados Unidos. Dá continuidade à entrega da Base de Alcântara aos norte-americanos. Em nome dos interesses e da soberania nacional, o governo militarista de Bolsonaro dá um passo no sentido de transformar o Brasil em uma colônia.

A classe operária deu sinais de reação à política antinacional e antipopular de Temer e Bolsonaro, com duas greves gerais. No entanto, a traição da direção sindical favoreceu a ofensiva dos governos pró-imperialistas. Traição que acaba de se repetir, na greve dos petroleiros. Os capitalistas, seus governos e o Congresso Nacional somente podem ir adiante com a diretriz antinacional e antipopular, nas condições em que a classe operária e a maioria oprimida se mantenham submetidas aos ditames da política burguesa. As traições às greves resultam da submissão do reformismo aos interesses gerais da classe burguesa. É preciso romper essa camisa de força, para fazer frente à política econômica suicida.

As contrarreformas atuam na contramão das forças produtivas internas. Os velhos desequilíbrios estão se recompondo com

a estagnação econômica. Convertem-se em crise política, e em fortalecimento das forças ditatoriais. A ilusão de que é possível resolver as contradições pela via democrática já não tem lugar, no marco da decomposição do capitalismo. O fato do PT e aliados reformistas insistirem que essa é a única saída progressiva não muda a realidade. Mas obscurece para a classe operária e demais explorados a tarefa de levantar um programa próprio de enfrentamento às contrarreformas, às suas consequências e ao governo militarista, fascistizante e pró-imperialista.

Não há como Bolsonaro continuar seu governo, sem ter de enfrentar os explorados. Os reformistas, certamente, também fazem essa avaliação. Procuram se recuperar da queda recolocando as bandeiras da democracia e da soberania nacional, que, quando estavam no poder, não lhes serviram.

A situação mundial e na América Latina vem sofrendo grandes mudanças, marcadas pela impossibilidade de o imperialismo reverter as tendências desintegradoras que emergiram na hecatombe de 2008-2009. O levante das massas no Chile é um sinal de que a luta de classes se potenciou e continuará a se potencializar. No Brasil, as duas greves gerais e a dos petroleiros, apesar de terem sido limitadas pela política de conciliação de classes, puseram em evidência o mais poderoso proletariado da América Latina. O choque com o governo militarista de Bolsonaro e com o Congresso Nacional servil ao capital financeiro resulta em luta política contra a dominação burguesa.

A divisão interburguesa favorece a intervenção da classe ope-

Manifesto POR - 18 de março de 2020

rária. Passado um ano, o governo de Bolsonaro atravessa o turbilhão da crise política, que já se tinha projetado com a jornada de junho de 2013. Os conflitos entre os poderes se alimentam do baixo crescimento econômico e da necessidade da centralização autoritária do Estado. Bolsonaro está inclinado a se apoiar no militarismo e na camada mais conservadora da classe média.

É hora das centrais, sindicatos e movimentos retomarem a mobilização nacional, empunhando as bandeiras “Abaixo as contrarreformas de Bolsonaro”, “Fim imediato das privatizações” e “Defesa dos empregos e salários”.

Está colocada a constituição de uma Frente Única Anti-imperialista. A unidade anti-imperialista da classe operária com os demais explorados potencia a luta em defesa das condições de existência da maioria oprimida e a independência e soberania nacionais. Que este “Dia Nacional de Luta” se transforme em ponto de partida para pôr em pé A Frente Única Anti-imperialista.

É obrigatório lutar sob a estratégia da revolução proletária e da constituição de um governo operário e camponês. A tarefa de superar a crise de direção, construindo o partido marxista-leninista-trotskista, é parte da tarefa da luta pela independência política e organizativa da classe operária.

***Retomar a campanha nacional pela derrubada das contrarreformas e privatizações!
Derrotar nas ruas o governo militarista e fascistizante de Bolsonaro!***

Afuse

Reunião que não serviu para organizar a paralisação do dia 18 de março

No dia 7 de março, a diretoria da Afuse convocou o Conselho Estadual, para discutir o dia Internacional das Mulheres e a participação no dia 18 de março. Na mesa do debate, coordenada pela Secretaria de Gênero da Afuse, estavam Denise Motta Dau, ex secretária da mulher na prefeitura de Haddad/PT, e Junéia Batista, da secretaria da mulher da CUT Nacional. Como era esperado, foram para defender as posições do PT de “políticas públicas”, “cotas”, etc. Mostraram os dados da violência sobre a mulher e, de forma acanhada, se colocaram em favor do aborto. Para concluir demonstrando os avanços dos governos petistas, a exemplo da Lei Maria da Penha, Lei do Feminicídio, etc., e os retrocessos que vêm sendo impostos pelo governo Bolsonaro.

Como o debate iniciou com o atraso, em função do atraso das palestrantes, a coordenação da mesa decidiu que não abria o debate aos conselheiros. Nesse momento, a Corrente Proletária questionou a decisão da mesa. Assim, abriu-se a palavra para a Corrente Proletária. Na intervenção, com tempo reduzido, destacou os seguintes pontos: 1) que a opressão sobre a mulher, negro, índio e homossexuais é de classe; 2) que enquanto existir sociedade dividida em classes sociais, não se eliminará a opressão sobre a mulher; 3) que a emancipação da mulher virá com o fim da propriedade privada dos meios de produção; 4) que a luta pelas reivindicações gerais da mulher se choca com o Estado e governos burgueses; 5) que a política dos governos petistas não solucionou a violência sobre a mulher, que tende a crescer com a decomposição do capitalismo. Após a intervenção, as debatedoras responderam aos argumentos políticos da

Corrente Proletária. Disseram que “a revolução das mulheres está sendo feita, que o caminho é este, construindo um protagonismo, chegaremos lá”. Deram o exemplo da Islândia, onde as mulheres alcançaram a igualdade com os homens. Chegaram ao ponto de dizer que a Islândia é um país socialista. O que equivale dizer que nesse país a propriedade privada dos meios de produção foi substituída pela propriedade social. Trata-se de um grave erro histórico.

No ponto sobre o dia 18 de março, A Corrente Proletária interveio defendendo a paralisação, convocação de uma assembleia geral nesse dia, e atuação no ato centralizado no final da tarde. Mostrou os violentos ataques do Bolsonaro e Doria, e a necessidade de organização dos funcionários de escola, visando à unidade com outros setores de explorados. No entanto, a burocracia da Afuse, como sempre, se colocou contra a convocação de assembleia geral. E que a participação no ato estava garantida com a presença de conselheiros e diretoria.

A conclusão é que, com essa direção petista burocrática, não haverá luta. Não haverá organização desse setor tão explorado no interior das unidades escolares. Não haverá possibilidade de defender as reivindicações que unificam os trabalhadores da educação. Trata-se de uma direção que está morta para a luta de classes. Sua política só favorece os governos, que a cada dia descarregam o peso da crise sobre os explorados. Cabe, portanto, constituir uma nova direção, classista e de luta. Esse é o chamado que a Corrente Proletária faz aos funcionários da educação mais conscientes.

Direção nacional do SINASEFE procurou enterrar a luta dos servidores de SP

Na assembleia do dia 20 de fevereiro, os servidores do IFSP decretaram greve por tempo indeterminado, a partir do dia 18 de março. A assembleia seguinte, dia 5 de março, manteve essa posição, ainda que com tentativas de recuo por parte da direção. Naquele momento, a Corrente Proletária/POR apontou a necessidade de antecipar o calendário para apoiar a greve dos petroleiros, que ainda estava como força, e impulsionar outros setores que estavam se mobilizando, como a greve da educação em MG, os Correios, etc.

Em uma manobra desastrosa, a direção estadual chamou um integrante da direção nacional (DN) do Sinasefe para se colocar contra nossa greve. Com os argumentos de que não era o momento de levantar a greve, de que ficaríamos isolados, que deveríamos construir conjuntamente um calendário com “todo o serviço público”, etc., o representante da direção chegou a

pedir explicitamente que revertêssemos a posição da assembleia anterior. Esta fala partindo da DN fez com que uma parte dos servidores tivesse medo de manter o indicativo do dia 18.

Nem precisaria ser dito que somos a favor da construção de uma greve ampla com os demais servidores públicos, mas usar esta construção de forma abstrata, sem nenhuma data, contra a disposição concreta de luta indicada pelos servidores de SP, é uma tática suja do reformismo, em sua tarefa de afundar a luta dos trabalhadores. O papel de uma direção classista é impulsionar a disposição de luta das bases, não servir de freio.

Apontamos que era inadmissível a convocação de alguém da DN para entrar a greve. Mostramos, também, com o recente exemplo da capitulação da direção da FUP, que o problema principal que o movimento social enfrenta é sua profun-

da crise de direção. As direções dos movimentos estão nas mãos do reformismo (PT, PCdoB e satélites), que fazem de tudo para não levantar as lutas com os métodos próprios da classe operária. Pelo contrário, elas se limitam a desgastar o governo Bolsonaro, para em seguida capitanear este desgaste nas urnas.

Sabemos da importância de ser o primeiro Instituto Federal a preparar a greve contra Bolsonaro e sua política de destruição da educação, contudo, é preciso que seja uma greve massiva dos diferentes trabalhadores da educação, federal, estadual e municipais, afinal, os ataques são de conjunto. Mais do que isso, é fundamental que as greves na educação sejam o ponto de partida para uma greve geral por tempo indeterminado, com a classe operária e demais oprimidos. Só assim poderemos colocar abaixo a política de destruição das condições de vida e trabalho dos explorados como um todo.

Rio de Janeiro

A UFF, OS ATAQUES DE BOLSONARO/GUEDES E O CAMINHO DA LUTA

A Universidade Federal Fluminense, assim como as demais universidades públicas do país, iniciou o ano de 2020 com graves problemas orçamentários. Bolsonaro/Guedes avançam com o “Plano Mais Brasil”, que se resume numa tríade de PECs que aprofundam os ataques ao orçamento público. Dentre elas, a PEC 186/2019, chamada de PEC Emergencial. Esta PEC é uma estratégia de enxugamento dos serviços públicos, é um aumento sem precedentes dos cortes já promovidos pela EC/95.

Segundo uma nota divulgada pela reitoria da UFF, haverá uma redução de quase 4% da verba discricionária, em relação a 2019, cerca de R\$ 8,1 milhões. Esta verba é fundamental para o pagamento do funcionamento da instituição, o que atinge diretamente os recursos de custeio e assistência estudantil.

A reforma administrativa e a PEC Emergencial são algumas das ações que o governo federal considera “pautas prioritárias”, e as quais pretende encaminhar à votação, ainda no primeiro semestre de 2020.

Sem dúvida, o objetivo do governo é claro: diminuir o papel do Estado, avançar na privatização da educação, e atender os interesses do mercado financeiro e o pagamento da dívida pública.

Outra medida que ataca diretamente a universidade é a Medida Provisória 914/2019, assinada de maneira estratégica no dia 24 de dezembro, que impõe regras para eleição de reitores e vice-reitores nas instituições federais de ensino. Na prática, dão ao governo poder para decidir sobre as nomeações, des-

considerando resultados das consultas às comunidades acadêmicas. A MP também acaba com as eleições para diretores de unidades, que passam a ser escolhidos diretamente pelo reitor, nomeado pelo presidente da República, a partir da lista triplíce. Tudo isto ataca a já falida autonomia universitária, aprofunda o autoritarismo do governo ultradireitista e fascista de Bolsonaro, e pavimenta o caminho para a implantação do projeto Future-se.

Estão colocadas a defesa da autonomia universitária e do governo tripartite, bem como a luta contra as privatizações e as medidas que arrancam recursos das universidades. Para isso, é fundamental a organização dos estudantes, funcionários e professores, para responder nas ruas os brutais ataques do governo Bolsonaro e aliados à educação pública.

Assembleia do Sintuff e a greve na educação

O Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal Fluminense (SINTUFF) realizou uma assembleia, no dia 10/03, com a pauta de indicativo de greve e plenária da Fasubra. O objetivo da assembleia foi a construção da greve nacional do dia 18 de março.

A defesa da greve unificada de toda a educação federal foi unânime. No entanto, houve divergências perante as propostas que seriam enviadas por meio de uma delegação votada na própria assembleia à Fasubra. Os estalinistas do PCR defen-

deram a paralisação da educação pública para apenas um dia, e, a partir daí, “construirmos, se houver a possibilidade, uma greve por tempo indeterminado”. As propostas aprovadas e enviadas à Fasubra são: greve unificada da educação federal por tempo indeterminado e estado de greve para organizar reuniões.

Para avançarmos na luta pela defesa e construção de uma poderosa greve por tempo indeterminado, é essencial a criação de um comando unificado de greve, imediatamente. Criar pautas unificadas, espaços democráticos, dentro e fora da uni-

versidade.

Os trabalhadores da educação devem defender a universidade pública nas ruas, com os métodos de ação direta da classe operária, para derrubar a reforma administrativa e unificar aos demais setores – docentes, estudantes, trabalhadores da iniciativa privada e terceirizados –, a fim de juntar a defesa da universidade e do funcionalismo com as lutas por emprego, moradia e salário, contra as reformas antinacionais e antipopulares (reforma da Previdência e Trabalhista), pela derrubada do capitalismo e a construção do socialismo.

Manifesto

Partido Operário Revolucionário

Dois anos do assassinato de Marielle e Anderson: a Justiça burguesa não resolveu, nem resolverá esse crime político

Somente a classe operária e demais explorados organizados poderão responder aos crimes da burguesia

14 de março de 2020

Marielle Franco e Anderson Gomes foram executados no dia 14 de março de 2018. Dois anos se passaram, e nada da Justiça identificar os mandantes. Ronnie Lessa, PM reformado e ex-integrante do Bope, é apontado como o assassino da vereadora do PSOL-RJ e seu motorista. Encontra-se preso numa penitenciária em Rondônia. Outro matador, o miliciano Adriano da Nóbrega, acabou morto, no dia 9 de fevereiro de 2020, numa ação liderada pela PM baiana, um caso de queima de arquivo. As esquerdas em geral e o PSOL, em particular, partido da Marielle, seguem questionando quem seriam os responsáveis pela bárbara execução. A bandeira “Quem matou Marielle” se tornou mais um símbolo do que um instrumento de luta contra esse crime político, cuja responsabilidade é do Estado burguês.

O assassinato de militantes que estejam do lado dos explorados será sempre um crime de classe. É comprovado o envolvimento das milícias no assassinato de Marielle, bem como os seus laços com a polícia militar, e com o poder político do estado do RJ. Esses dados reforçam que a burguesia e seu Estado devem ser responsabilizados pelas mortes, assim como pela mortandade sem fim de jovens nos morros cariocas e bairros operários em todo o país, principalmente de negros e negras.

A morosidade das investigações e a forma duvidosa com que as evidências têm sido tratadas indicam que há gente muito poderosa por trás deste crime. Exemplos como a mudança no depoimento do porteiro do condomínio em que reside Jair Bolsonaro, bem como a suposta troca de tiros entre a polícia e o já citado miliciano Adriano, demonstram um esforço em obstruir o inquérito.



O assassinato de militantes que estejam do lado dos explorados será sempre um crime de classe.

São muitas as pistas que apontam para a família de Bolsonaro. De qualquer forma, o que se vê é uma escandalosa operação para abafar o caso.

Essas evidências deveriam ser suficientes para se eliminar qualquer ilusão no Poder Judiciário, que não tem nada de neutro. Trata-se da Justiça burguesa. A identificação e a punição dos mandantes deste crime, e de todos os crimes cometidos pela burguesia, somente virão de um Tribunal Popular, saído da mobilização de massa. Não virá de uma concessão da democracia burguesa, e sim dos métodos da luta de classes.

A burguesia jamais vai combater sua própria violência. A vingança pela morte

de Marielle se fará por meio da luta de classes, erguendo um movimento nacional, a partir das reivindicações mais sentidas, que paralise a produção e ocupe as ruas e avenidas, que derrote o governo miliciano e os capitalistas que o sustentam, e suas contrarreformas antinacionais e antipopulares.

O Partido Operário Revolucionário comparece a essa manifestação com a política do proletariado, que é de defender os Tribunais Populares para julgar e punir a burguesia pelas mortes de Marielle e Anderson! Rechaçamos a hipócrita comoção, que se mostra impotente e pode facilmente se converter em fonte para todo tipo de oportunismo eleitoral. A militância classista deve rejeitar esses desvios, lutando para converter o ódio instintivo dos explorados em ação consciente das massas contra o Estado e contra a raiz de toda forma de violência e opressão, que é a propriedade privada dos meios de produção e o sistema capitalista. O melhor caminho para combater os métodos da violência con-

trarrevolucionária é o de fortalecer os métodos revolucionários de luta do proletariado.

Os assassinatos de lideranças dos movimentos camponês, indígena, sindical e popular testemunham que os proprietários de terra, grileiros, milicianos, coronéis da política e policiais não apenas defendem seus interesses particulares, como também os interesses gerais da burguesia. A violência reacionária, que brota da propriedade privada dos meios de produção e da exploração capitalista do trabalho, reflete a forma burguesa de enfrentar os oprimidos.

Não se deve isolar o assassinato de Marielle e Anderson do rio de sangue que marca a história da luta de classes no país. Está aí por que o uso eleitoral desses trágicos acontecimentos, que nascem do choque entre exploradores e explorados, acoberta a raiz de classe da violência burguesa. A justiça burguesa é guardiã da propriedade privada e dos interesses particulares dos opressores do povo. Deve ser denunciada, e não chamada a fazer justiça. É preciso ter claro que o assassinato de Marielle e Anderson jamais

chegará aos seus responsáveis, assim como a matança de operários na CSN, em 1988, chacina de camponeses em Corumbiara, em 1995, e Eldorado dos Carajás, em 1996, e outros tantos casos, em que os verdadeiros responsáveis nunca foram punidos.

O Partido Operário Revolucionário (POR) defende e trabalha pela constituição de um Tribunal Popular, baseado na classe operária e demais explorados. Os movimentos sindical, camponês, popular e estudantil podem responder efetivamente os crimes de classe da burguesia, mas dependem da construção de direções classistas e revolucionárias. É com a força das organizações classistas que se pode pôr em pé um Tribunal Popular, e reagir com autodefesa, cada vez que os proprietários ameacem a vida daqueles que lutam contra a pobreza, fome e miséria.

***Viva os lutadores que tombaram
empunhando a bandeira dos oprimidos!
Morte ao capitalismo putrefato!
Lutemos pela revolução e ditadura proletárias!***

Notas Nacionais

Já tínhamos redigido as Notas Nacionais, quando Bolsonaro desmarcou o ato direitista de 15 de março; em seguida, foi a vez das centrais cancelarem as manifestações do dia 18. Conservamos as Notas porque mantêm sua importância política.

Significado do Ato do dia 15 de março

Bolsonaro apoiou a realização da manifestação de seus partidários. Abriu-se uma polêmica se era o caso do presidente da República acirrar a polarização política. Uma fração das forças que trabalharam pela sua eleição tomou a iniciativa de condenar nas ruas o Congresso Nacional, acusado de pretender impor a Bolsonaro um tipo de governabilidade, e inviabilizar suas ações. O pingue que transbordou o copo d'água foi a decisão dos parlamentares sobre o Orçamento Impositivo. O governo contestou o acordo que dava poderes ao Legislativo, de controlar R\$ 46 bilhões do Orçamento, e a obrigatoriedade do Executivo de cumprir rigidamente com as regras de pagamento das emendas dos parlamentares.

O núcleo militar do Planalto denunciou a tentativa do Congresso Nacional de limitar a capacidade de Bolsonaro governar. Diante da ameaça dos deputados de derrubarem o veto presidencial a pontos essenciais do projeto aprovado no final do ano passado, o conflito se acirrou, ao ponto dos presidentes da Câmara e do Senado recuarem. Parte dos R\$ 46 bilhões do Orçamento impositivo ficará com o governo. O recuo se deu sob a ameaça do general Augusto Heleno, de que não seria tolerada a “chantagem” dos parlamentares, e da manifestação do dia 15/03.

No primeiro ano de Bolsonaro, o Congresso derrubou e alterou vários vetos presidenciais. Um dos pontos de maior atrito se deu em torno ao projeto do ministro da Justiça Sérgio Moro, que pretendia dar aos policiais o direito de matar (“excludente de licitude”).

É falsa a avaliação de que o Congresso Nacional tem sido uma pedra no sapato de Bolsonaro. Talvez, uma pedrinha! A aprovação da reforma da Previdência é a melhor prova de que a maioria dos deputados e senadores está empenhada em levar adiante a política econômica antinacional e antipopular de Bolsonaro/Guedes. Ocorre que a crise instalada desde 2014, que culminou com o impeachment de Dilma Rousseff, não foi superada.

Bolsonaro arvorou constituir um governo bonapartista, capaz de impor a centralização burocrático-autoritária do Estado. O que implicava submeter em grande medida o Congresso Nacional e a burocracia sindical.

A inviabilidade de reverter as tendências de baixo crescimento, estagnação econômica e o alto desemprego, impossibilitou ao governo militarista submeter as frações burguesas e calar as organizações sindicais. De maneira que a frente burguesa que se formou para eleger Bolsonaro se estilhaçou, e se recompôs o oposicionismo no interior do Congresso Nacional. Os velhos partidos burgueses indicaram ao presidente que terá de governar com o Congresso. Em compensação, a maioria parlamentar se colocaria por levar adiante a política econômica traçada pelo ministro Guedes, cujo conteúdo corresponde ao programa antinacional e antipopular do PSDB e aliados.

O governo não conta com nenhum dos poderosos partidos da burguesia, e depende deles. A sua força é extraída dos militares, das igrejas evangélicas, de um setor médio do empresariado nacional, de uma camada conservadora da pequena-burguesia rica, e do alinhamento com o governo Trump.

A classe operária e importante parcela da pequena-burguesia pobre sentem o peso dos ataques das contrarreformas, e o agravamento do desemprego, subemprego e miséria. Somente não estão em luta aberta contra o governo, devido à política de colaboração de classes das direções sindicais e do reformismo eleitoralista do PT. A tendência é de aumentar o precipício entre o governo militarista e a maioria explorada.

O ato do dia 15 pretende impulsionar as tendências ditatoriais do governo. O contrapeso depende de pôr em pé um movimento independente da classe operária, baseado no programa de reivindicações próprias, que una os explorados contra a burguesia e seu governo.

18 de março – “Dia Nacional de Luta”

Em fevereiro, formou-se um quadro de mobilização contra os ataques de Bolsonaro. Os petroleiros sustentaram a greve, em todo o País, por 21 dias. Os correios anunciaram a possibilidade de greve para 3 de março. O funcionalismo paulista se encontrava em pé de guerra com o governador Doria. Crescia a apreensão do funcionalismo em geral, diante da pressão do grande capital para que Bolsonaro e Congresso Nacional apressassem a reforma administrativa. Esse quadro refletia, não apenas o choque dos governos com o funcionalismo, mas também a confirmação do baixo crescimento econômico, e a continuidade da alta taxa de desemprego e subemprego.

As centrais sindicais e movimentos estavam obrigados a convocar as massas a se mobilizarem nessa circunstância conturbada. No entanto, marcaram o “Dia Nacional de Luta” para o dia 18. Não temos a certeza se essa decisão se deveu ao conhecimento de que os bolsonaristas fariam um ato de apoio ao governo no dia 15. De qualquer maneira, a mobilização deveria ter se iniciado em torno à greve dos petroleiros, à campanha dos Correios e à resistência do funcionalismo.

Somente a classe operária pode encarnar a luta consequente contra as tendências ditatoriais, o entreguismo e a política de descarregar a crise econômica sobre as costas dos trabalhadores. Os petroleiros, ao lado dos metalúrgicos, formam a coluna vertebral do proletariado brasileiro.

O “Dia Nacional de Luta” acabou por ganhar muita importância. Deve se contrapor à movimentação reacionária do dia 15. O mais provável é que as direções não cumpram esse objetivo. Não é com bandeiras abstratas de “defesa da democracia e do Estado de Direito”, mesmo de “soberania nacional”, que se confrontarão os bolsonaristas. Não há dúvida de que o governo militarista, se pudesse, já teria fechado o Congresso Nacional, e imposto a ditadura almejada. As condições econômicas, as divisões interburguesas e, sobretudo, a disposição de luta dos explorados têm sido obstáculos a tal pretensão.

Dia a dia, Bolsonaro e sua camarilha de militares indicam incapacidade política diante da crise econômica que se agiganta. As contrarreformas já impostas e as que estão a caminho estão na contramão das necessidades das forças produtivas, bloqueados pelos monopólios e pelo capital financeiro, que não podem impulsionar a produção, e que respiram saqueando o Tesouro

Nacional, por meio da dívida pública. O governo antinacional e antipopular se dispôs a servir de auxiliar do imperialismo norte-americano, em particular, à política intervencionista de Trump.

Nas condições de agudização da crise mundial – agravada pela pandemia do coronavírus –, o servilismo pró-imperialista acirrará as contradições entre o domínio das potências e a sujeição das semicolônias. Bolsonaro encarna, no seio da política burguesa, a reação em toda a linha. Acaba de preparar o caminho para a entrega de Alcântara e alinhamento militar com os Estados Unidos, no interior da América Latina imersa na crise mundial, e marcada por revoltas populares. Nota-se que as contrarreformas, o plano de ampla privatização e o alinhamento econômico e militar com os Estados Unidos são reflexos da desintegração do capitalismo, da impotência da burguesia nacional e das tendências das massas se levantarem em defesa de suas condições elementares de existência.

É nesses marcos que se realiza o dia 18. A direção das centrais e movimentos estão com os olhos no fracasso do bolsonarismo e nas eleições municipais. Está aí por que não se apoiaram

na greve dos petroleiros para erguer um movimento nacional contra os ataques de Bolsonaro e do Congresso Nacional à vida dos explorados. Somente a classe operária pode encarnar a luta consequente contra as tendências ditatoriais, o entreguismo e a política de descarregar a crise econômica

sobre as costas dos trabalhadores. Os petroleiros, ao lado dos metalúrgicos, formam a coluna vertebral do proletariado brasileiro.

A vanguarda consciente tem de denunciar, combater e defender as reivindicações e os métodos que rompem com as limitações que a burocracia imporá ao dia 18. A tarefa é a de impulsionar a disposição de luta dos explorados em reagir diante da implantação das reformas trabalhista, previdenciária e terceirização. Sobre essa base, é possível organizar uma frente única anti-imperialista contra o acordo Bolsonaro/Trump, a entrega de Alcântara, as privatizações e a desnacionalização. Somente assim a bandeira de soberania nacional expressará o conteúdo de independência nacional. Essa via permite à classe operária se elevar como direção da maioria oprimida, e encarnar a estratégia da revolução social, da constituição de um governo operário e camponês.



CAMPANHAS DO POR

Boletim Nossa Classe

O Boletim Nossa Classe de março exigiu que os sindicatos lançassem uma campanha contra a MP 905 e a PEC Emergencial. Traz ainda uma nota sobre o “Dia Nacional de Luta, em 18 de março, denuncia o ato bolsonarista do dia 15, posiciona-se diante das eleições

para a diretoria do Sindicato Metalúrgico do ABC, mostrando o seu caráter antidemocrático, e, finalmente, uma nota sobre o Dia Internacional da Mulher. Em seguida, reproduzimos a Política Operária, que orienta a linha geral do Nossa Classe.



Depois da violenta mudança nas regras da Previdência, Bolsonaro quer a aprovação da Medida Provisória da Carteira Verde Amarela (MP 905). A Câmara de Deputados prorrogou o prazo de votação até 20 de abril.

Essa Medida Provisória agrava ainda mais a reforma trabalhista imposta por Temer. Reforça o trabalho informal. Elimina direitos. Obriga o trabalhador a pagar a taxa de seguro-desemprego. Reduz o valor do Fundo de Garantia. E corta pela metade a multa, em caso de

demissão. Os patrões ficam isentos da contribuição previdenciária. Vão pagar até um salário mínimo e meio, que é uma miséria. E podem explorar por dois anos os jovens de 18 a 29 anos, e também adultos acima de 55 anos.

Os ataques não param aí. A reforma administrativa de Bolsonaro acaba com a estabilidade, reduz salários, e amplia a terceirização para o funcionalismo público. Mantém os privilégios aos altos cargos. Atinge somente a maioria do funcionalismo.

RESPONDER AOS ATAQUES DE BOLSONARO AOS TRABALHADORES

A chamada PEC Emergencial, por sua vez, permite ao governo cortar gastos obrigatórios com saúde e educação. E reduzir os salários do funcionalismo. Faz parte desses ataques, o plano de privatização da Petrobras, Correios, Eletrobrás, etc.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais e os sindicatos lancem uma campanha nacional contra a reforma trabalhista, a previdenciária, a MP 905, a reforma administrativa PEC Emergencial, e o plano de privatização. Que convoquem assembleias e organizem os comitês de luta.

O Boletim Corrente Proletária dos Servidores Públicos de Rondônia

O Boletim mostra que um dia de Greve Nacional dos Correios, do dia 3 de março, que serviu para denunciar e indicar o poder de mobilização dos trabalhadores. No entanto, um só dia de paralisação, e o seu isolamento diante das lutas que vinham sendo desenvolvidas (greve dos petroleiros), não atingiria a decisão do governo Bolsonaro de privatizar os Correios, precarizar as relações de trabalho, diminuir os salários, retirar direitos e piorar os serviços públicos. O Boletim defende que o dia 18 de março sirva para impulsionar uma greve geral por tempo indeterminado. Uma greve ativa, de mobilização, de passeatas, etc. Uma greve nacional que unifique os outros setores do funcionalismo e dos trabalhadores da iniciativa privada.



Juventude em Luta

O Boletim da Corrente Proletária Secundarista traz como linha geral o chamado para que o dia 18 de março sirva para a juventude se levantar contra “a Carteira Verde e Amarela”. Denuncia os cortes de verbas nos Institutos Federais e a militarização das escolas. Vincula essas lutas à defesa dos empregos. A juventude vem sendo duramente golpeada pela crise econômica e desintegração do capitalismo. A defesa da fonte de trabalho e dos estudos deve ser a base para erguer a juventude contra o governo e a burguesia exploradora.

O “Juventude em Luta” faz a denúncia do uso da tropa de choque pelo governador Doria para impor a reforma da Previdência no estado. Diz: “A luta dos servidores é também a luta dos estudantes, afinal, trata-se de um duro golpe sobre a educação pública”.

Faz um chamado à juventude a se manifestar no dia 14 de março, pelos dois anos do assassinato de Marielle e Anderson. Defende que somente um Tribunal Popular pode punir os crimes da burguesia.

O Boletim finaliza com uma exposição sobre a opressão da mulher. Afirma: “A real emancipação da mulher será fruto da revolução proletária”. As reivindicações de proteção da mulher devem estar vinculadas à tarefa de sua completa emancipação.

Corrente Proletária da Educação Rio Grande do Norte

O Boletim defende a deflagração da greve dos professores do estado. Motivos: parcelamento do repasse do piso nacional; discriminação dos aposentados; parcelamento retroativo. Denuncia que a governadora Fátima Bezerra, do PT, favorece os interesses dos capitalistas e sacrifica as necessidades dos trabalhadores da educação. Ao mesmo tempo, o Boletim chama os professores a lutarem contra a reforma da Previdência da governadora petista.

Divulgação do Folheto de balanço da reforma da Previdência de Doria

“A reforma de Doria faz parte de um movimento geral de destruição das condições de existência da maioria oprimida, levada a cabo pelo governo reacionário de Bolsonaro. Essa análise é obrigatória para retomar a luta. As contrarreformas – trabalhista, terceirização, previdenciária e administrativa – terão de ser enfrentadas no dia a dia”.

Boletim da Corrente Proletária –São Paulo

No ato, ocorrido no dia 3 de março, contra a reforma da Previdência de Doria, a Corrente Proletária distribuiu o Boletim “Derrubar a reforma da Previdência de Dória com a greve geral do funcionalismo”. O militante do POR fez um pronunciamento no carro de som, que transcrevemos as principais passagens:

“[...] a farsa já estava montada. O que nós vimos hoje, aqui, foi um teatro e de muito mau gosto. Porque os votos não dependem da nossa capacidade argumentativa, de convencer deputados. Porque esses canalhas se movimentam pelo dinheiro, pelo lobby. É assim que funciona essa Casa Legislativa. As regras que operam ali dentro são determinadas pelo capital financeiro. A entrega do nosso sistema de aposentadoria tem a ver com a sanha capitalista, que quer abocanhar os fundos de Previdência e lucrar mais e mais. É isso que estava em jogo. Portanto, quando ontem – porque ainda existia quem tivesse dúvida – apareceu a notícia de que a votação estava sendo adiada, se configurou, sem dúvida nenhuma, a situação em que eles já tinham os votos. Era o caso, então, do lado de cá, dos trabalhadores, do sindicato, da direção – que tem essa responsabilidade – de ter aprovado, em



caráter de urgência, uma assembleia da categoria. Porque a assembleia da categoria, enquanto tinha milhares aqui, podia encaminhar a luta, podia aprovar a greve imediatamente. Agora, a nossa situação é de atraso. A reforma aprovada nos coloca um passo atrás. Daí a importância de a agente indicar – já que isso aqui foi desconfigurado, por um erro da direção – a convocação imediata de uma assembleia, para poder colocar os trabalhadores em movimento. É preciso corrigir o erro que foi cometido hoje. Os trabalhadores compareceram. Nós visitamos as escolas, e os trabalhadores vieram para cá. Agora, a atitude que foi tomada precisa ser corrigida. E nós vamos corrigir chamando o funcionalismo para uma assembleia unificada. Chamando os trabalhadores para construir uma greve unitária. Porque é a ação direta, e não a conversinha com os parlamentares e a via da judicialização, que vai resolver. Abaixo a via da conciliação de classes! É com a ação direta que a gente vai vencer!”

Quinzena Operária

FECHAMENTO DA FÁBRICA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS (FAFEN)

Depois da FUP aceitar a exigência de suspender a greve dos petroleiros, para negociar com o carrasco Ives Gandra, ministro do Tribunal Superior do Trabalho, o destino da Fafen-Paraná estava selado. Assim, no dia 3 de março, a direção propôs aos grevistas acampados aceitarem as demissões e o fechamento da fábrica. Lamentando, os dirigentes apresentaram as duas propostas negociadas no TST. E concluíram dizendo que é preciso que os trabalhadores cobrem da empresa a promessa de “recolocação”, referindo-se à promessa feita na mesa de negociação. Os discursos se revezaram diante de uma assembleia de enterro.

A luta contra o fechamento da Fafen e a demissão de 1000

trabalhadores foi o estopim da greve nacional dos petroleiros, que atingiu mais de 100 unidades paralisadas. O governo e Justiça impuseram multas milionárias, e usaram a lei antigreve para punir os grevistas e os sindicatos. Ao invés de aproveitar essa situação para potenciar o movimento grevista, unificando com outros setores e ganhando as ruas, as direções se submeteram ao acordo antioperário imposto pelo governo, Petrobrás e TST.

Está aí um exemplo de uma política nefasta aos trabalhadores. É dessa experiência negativa que devemos extrair a lição de que é preciso construir direções classistas, capazes de defender as reivindicações dos trabalhadores, apoiadas inteiramente nos métodos de luta da classe operária.

Centrais sindicais se submetem mais uma vez ao jogo parlamentar

No dia previsto para a votação da MP 905 da Carteira Verde e Amarela, as direções das centrais voltaram ao Congresso Nacional para suplicar o voto contrário dos parlamentares. Logo veio a notícia de que a votação tinha sido suspensa. Não por conta da pressão, mas pelas disputas interburguesas entre Congresso Nacional e Bolsonaro. O dirigente da CUT aproveitou para dizer que a “luta” continua, e que a “peãozada deve mandar mensagens para os seus deputados e senadores, fazendo pressão para que votem contra essa Medida Provisória”. Como se vê, essas direções são traidoras. Fizeram o mesmo com a reforma trabalhista e previdenciária e, agora, querem repetir com a MP 905.

A MP 905 é a continuidade da reforma trabalhista. É a mais brutal precarização da força de trabalho. Isso porque reduz o depósito do FGTS de 8% para 2%; diminui a multa rescisória de 40% para 20%; parcela em 12 vezes o 13º e as férias; diminui o adicional de periculosidade de 30% para 5%; determina que 25% do total de trabalhadores de 15 a 29 anos podem ser contratados por, no máximo, dois anos, por essa nova modalidade.

Trata-se, como vemos, de mais um brutal ataque de Bolsonaro, Guedes e Congresso Nacional à classe operária e demais explorados. Não há o que negociar com os bandidos que esfolam a vida dos assalariados. É preciso arregaçar as mangas, abandonar a política de conciliação de classes e organizar os trabalhadores para derrubar a MP 905 e o conjunto de contrarreformas do governo direitista de Bolsonaro.

A falsa luta da Força Sindical contra o desemprego

A Força Sindical e o Sindicato Metalúrgico de São Paulo foram até o prefeito Bruno Covas para entregar sugestões de combate ao desemprego. Segundo os burocratas, trata-se de uma “agenda de políticas públicas para fortalecer o desenvolvimento municipal”. Tendo em mãos os altos índices de desemprego na capital, que atingiu 15%, sendo que na zona leste essa taxa é de 19,10%, foram pedir maior atenção do prefeito para os efeitos da crise econômica e, consequentemente, do desemprego. Entre as sugestões se encontram: 1) aumento do investimento estrangeiro direto; 2) formação de empreendedores; 3) modernização do CATE em parceria com a iniciativa privada; 4) programa de valorização profissional, entre outros penduricalhos.

Em nome dos milhões de desempregados, esses burocratas entregaram ao governo da burguesia, Bruno Covas, propostas capitalistas, sob a justificativa de resolver o desemprego. Ao invés de organizar os desempregados, juntamente com os empregados e subempregados, se prestam a apoiar os pleitos dos capitalistas. Isso no momento em que a burguesia e seus governantes estão descarregando a crise sobre a maioria explorada. Ao contrário da farsa montada pela Força Sindical, os trabalhadores devem exigir de suas direções a convocação de assembleias democráticas, para aprovar o caminho da defesa real dos empregos, que só pode ser pela luta direta.

Combater o aumento da pobreza e miséria

O desemprego, subemprego e o salário mínimo de fome condenam milhões de trabalhadores e aposentados à pobreza e à miséria. Os índices de pobreza continuam avançando. O crescimento da população que mora nas ruas das grandes capitais é assustador. O aumento do número de pedintes nos trens, metrô e nos faróis se generalizou. As medidas governamentais são para proteger os capitalistas, haja vista a MP 905 de Bolsonaro. Para a maioria oprimida, estão reservadas as brutais consequências das reformas trabalhista e previdenciária, e os cortes de recursos à saúde e educação.

A campanha do governo é a de que os juros e a inflação estão muito baixos. Mas, por trás disso, esconde-se a elevação do custo de vida, particularmente do valor oficial da cesta básica. Basta que verifiquemos o valor da cesta básica em São Paulo, que chegou a R\$ 517,51, Rio de Janeiro, R\$ 507,13, e Porto Alegre, R\$ 502,98, em fevereiro, para citar apenas alguns exemplos. Lembremos que a cesta básica não cobre as despesas alimentícias de uma família de 4 pessoas. No entanto, se o salário mínimo é R\$ 1.045,00, mais da metade é usado na alimentação. Não sobra para o pagamento de aluguel, tarifas de água e luz, transporte, remédios, etc. Se grande parte dos assalariados e aposentados recebe um salário mínimo, a pobreza e miséria só tendem a crescer.

O Dieese, organismo que assessora os sindicatos, diz que um salário necessário para manter uma família deveria ser R\$ 4.366,51 (em fevereiro), portanto 4,18 vezes maior que o salário mínimo decretado por Bolsonaro.

A defesa do salário mínimo vital, necessário para uma família de 4 pessoas, tem de ser uma reivindicação fundamental, porque se trata da proteção das condições de existência da maioria do povo brasileiro. Está aí por que devemos lutar pelo salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores em suas assembleias de base. ■

Ataques do governo aos povos indígenas

Mais de 100 lideranças indígenas realizaram uma manifestação em Brasília, no dia 11 de março. Exigem a demarcação imediata das terras indígenas e a derrubada o Parecer da Advocacia Geral da União, de 2017. Esse Parecer determina a aplicação da “tese do marco temporal”, que considera que os povos indígenas só teriam direito às terras em que estavam em 1988. Esse Parecer está sendo usado pelo ministro da Justiça, Sérgio Moro, para barrar os processos de demarcação que estão na Funai.

Como vemos, o governo continua retirando dos povos indígenas o direito à terra. No Brasil, povos inteiros já foram dizimados, e os que restaram vivem na mais profunda miséria, e ameaçados diariamente com a expulsão de suas próprias terras. A luta em defesa dos direitos indígenas é parte do programa revolucionário do proletariado. Nenhum governo burguês poderá assegurar esse direito democrático à autodeterminação.

A MP 910, por sua vez, nada mais faz do que legalizar a grilagem e o desmatamento, particularmente em terras indígenas. Trata-se de mais uma Medida Provisória que está prestes a ser votada no Congresso Nacional. Soma-se a essa violenta MP, o Projeto de Lei 191, criado pelo governo Bolsonaro, que legaliza a exploração de recursos minerais em terras ocupadas por indígenas ou de florestas, como na Amazônia.

A classe operária e demais oprimidos devem responder a esses profundos ataques do governo militarista de Bolsonaro, e exigir que as direções sindicais, camponesas e populares organizem a resistência coletiva para derrubar essas violentas medidas. ■

Rio Grande do Norte

Governo Fátima (PT, PC DO B), além de atacar os servidores públicos com a reforma da Previdência, não repassa o piso nacional do magistério de 12,84%. A resposta do magistério foi greve!

O governo Fátima está determinado em aplicar a reforma da Previdência. O projeto já se encontra na Assembleia Legislativa. A qualquer momento, poderá ser aprovada a reforma da Previdência. Mais ainda, sem nenhuma resistência, seguindo o que aconteceu no Congresso Nacional. O Fórum, que seria o canal de organização dos servidores, calou-se, e não chamou mais nenhum ato. O PSOL já se pronunciou em favor de emendas. Os dirigentes do SINTE (PT), por sua vez, dizem ser a favor da isenção dos aposentados, até o teto da Previdência.

A aprovação da reforma da Previdência no estado do RN será parte da derrota que os trabalhadores sofreram com a reforma da Previdência de Bolsonaro. Sem resistência, tudo será aprovado na maior tranquilidade!

Um dos maiores ataques à vida dos trabalhadores, sem organização, sem reação nenhuma!

Ao mesmo tempo, o magistério do estado sofre com o não repasse do piso nacional de 12,84%. A primeira assembleia, ocorrida em 19 de fevereiro, discutiu a proposta do governo petista, de parcelar o piso em três parcelas, de 4,28%: uma, em maio de 2020; outras duas, em janeiro e abril de 2021. Aproveitou-se o indicativo de greve para o dia 28 de fevereiro, com início em 4 de março. A direção do sindicato (PT) foi obrigada, sob pressão da base, a encaminhar a decisão da assembleia.

A aprovação da reforma da Previdência no estado do RN será parte da derrota que os trabalhadores sofreram com a reforma da Previdência de Bolsonaro. Sem resistência, tudo será aprovado na maior tranquilidade!

Na assembleia do dia 28, o governo apresentou um ofício, dizendo que iria retomar a negociação sobre o piso, dizendo que iria implantá-lo dentro do ano, dizendo ser para ativos e inativos, e com retroativo. Que estava aberto às negociações quanto ao percentual de valores e a datas. Na realidade, o governo do PT estava medindo a disposição de luta da categoria. Neste momento, a direção do SINTE teve de mostrar sua cara: pediu que a categoria suspendesse o indicativo de greve, para que continuassem as negociações, e, só depois do dia 6 de março, a categoria poderia voltar a discutir o indicativo de greve. A fala de um dos coordenadores, de que o governo avançou nas negociações quando disse que pagaria o piso no ano de 2020, de que é para ativos e aposentados, e de que o governo está negociando, escancarou de vez a conciliação de classes com o governo. A categoria desconfiada e entendendo as manobras da direção, votou pelo indicativo de greve e a deflagração, no dia 4 de março. Aprovou também que houvesse negociação no dia 3 de março, antes da assembleia. Foi proposto pela direção do SINTE que a base participasse da negociação por meio de uma comissão de sete pessoas, entre elas, as forças políticas (POR, PSTU). Era a forma que a direção interpretava para acalmar a revolta da categoria, que votou contra suas propostas. O inte-

resse da direção é de controle da base revoltada com o governo Fátima (PT), governadora eleita com o voto dos trabalhadores em educação, ex-dirigente sindical e senadora relatora da Lei do Piso do Magistério Nacional.

Na audiência do dia 3 de março, o governo continuou apresentando a proposta de parcelar o piso em três parcelas: em 4,11% para ativos, em junho, setembro e dezembro, e para inativos, em agosto, outubro e dezembro, ou seja, o governo continuou com a ideia de parcelar, dividir e discriminar o aposentado do ativo, além do retroativo em 24 parcelas, a partir de 2021. Interpretado pela base como mais uma afronta à categoria.

A direção do SINTE fez mais uma manobra. Utilizou a comissão para organizar a sua proposta para a assembleia do dia 4, sendo que quem apresentaria seria a própria comissão (dois membros), que participou da audiência. As forças políticas (POR e PSTU) não participaram da reunião entre a comissão e a direção do SINTE. O POR sabia que seria uma armadilha. Resultado: parte da comissão, que sentou com a direção, foi engolida pela burocracia do SINTE, e apresentou a proposta como sua, quando na verdade, era a proposta da direção, pois, nas falas dos diretores, diziam se somar com a proposta da comissão, que era 4,11% abril, junho e agosto, para ativos e aposentados, e o retroativo parcelado em 6 vezes. A 2ª proposta de um professor da base era o piso parcelado em 6, 42%, em duas vezes, e o retroativo, parcelado em 6 vezes. Por último, a proposta de uma professora da base, de ser integral em março (12,84%), e o retroativo, parcelado em 3 vezes. Ganhou a proposta da professora.

A direção do SINTE, além de defender a proposta de parcelamento do piso, dizia que o governo fecharia o canal de negociação, caso fosse votada a deflagração da greve. Por duas assembleias, a direção do SINTE expressou os anseios do governo. E, por duas vezes, foi derrotada pela categoria, na assembleia do dia 28, em que foi aprovado o indicativo de greve, e na assembleia do dia 4, de deflagração da greve. Foi aprovada também a formação do comando de greve, com reunião no dia 6 março, e assembleia para o dia 9.

Na reunião do dia 6 de março do comando de greve, a maioria dos presentes eram dos CEEPs (tempo integral técnicos), que faziam denúncias de como eram atacados seus direitos como professores, exemplo disso era que quando estavam de atestado médico eram descontados seus dias, e que foram ameaçados se aderissem à greve, não receberiam suas gratificações.

Nessa reunião do comando de greve, a direção do SINTE não apresentou as listas das escolas paralisadas, nem as que funcionavam. Terminou a reunião sem roteiro das escolas. Houve a proposta do PSTU, de que a assembleia do dia 9 de março fosse organizativa, uma vez que o governo não apresentara nenhuma negociação. Sugeriu que a categoria fosse organizada por zonas. O POR propôs que o comando de greve

fosse aprovado em assembleia, que todas as ameaças e ataques do governo teriam de ser respondidos com resistência, com a organização de piquetes, que se incorporasse às reivindicações, a anistia dos dias de greve.

A assembleia do dia 9 foi de organização por zonas. Foi votado o ato na governadoria para o dia 11, visando a arrancar a audiência, e a assembleia para 13 de março.

Na divisão das zonas, a exemplo da Zona Norte, a direção do SINTE também tentou controlar ideologicamente o magistério. Um membro da direção se inscrevia a cada fala dos professores que criticava a direção e o governo Fátima. Ficou evidente como a direção do SINTE luta para controlar o magistério em greve.

O ato do dia 11 contou com boa participação e conseguiu uma audiência. O governo apresentou a proposta de pagar o retroativo em 2021. E disse estar estudando a proposta dos 12,84%. Não deixou claro como seria, e apresentaria na semana seguinte. Na essência, não mudou nada. A assembleia do dia 13 irá avaliar a proposta do governo.

A Corrente Proletária trabalha pela vitória da greve. Defende os atos unificados com outros setores do funcionalismo, que combate a reforma da Previdência do governo do PT. Faz um chamado de uma greve unificada de todos os servidores estaduais. O fundamental é quebrar o isolamento da greve dos professores. A Corrente Proletária faz parte do comando de greve, juntamente com estudantes, pais e professores.

Porto Velho

Prefeitura impõe mais ataques, e o sindicato concilia com o prefeito

Os Trabalhadores de Educação do Município de Porto Velho começaram o ano letivo enfrentando diversos problemas, como a defasagem de salários, as salas superlotadas (em turmas com vários alunos especiais), a falta de material nas escolas, a falta de professores e demais profissionais nas escolas. Não bastassem esses problemas, que já são estruturais e estão piorando ano após ano, ainda apareceu a questão da assistência médica dos servidores do município (corte), além do aumento das cobranças da Secretaria de Educação em relação aos números do Ideb. Mais exploração, enquanto os salários e as condições de trabalho só pioram.

Mais trabalho e também mais autoritarismo. O prefeito Hildon Chaves/PSDB está impondo a implantação do ponto eletrônico nas escolas do município de Porto Velho. Além de mais controle do trabalho, significa, na prática, punir os trabalhadores que têm mais de um cargo, que trabalham em duas es-

colas, e que precisam “bater o ponto”, mesmo antes do início das aulas. Segundo a prefeitura e a Secretaria Municipal de Educação – Semed, essa implantação é uma solicitação do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e do Ministério Público. Na verdade, os “poderes” do Estado atuam junto para precarizar e superexplorar os trabalhadores.

Como parte da Campanha de 2020, o Sintero convocou assembleia no dia 19 de fevereiro, para debater esses problemas, opor-se ao ponto e discutir a questão da greve geral de 18 de março. Os burocratas centraram suas falas mais sobre a questão do ponto eletrônico, que é de fato um problema grave, e que atinge imediatamente boa parte da categoria, no entanto, desvincularam esse problema das lutas mais gerais, como o combate às contrarreformas (as já aprovadas e as que virão este ano), e desvincularam dos métodos de luta apropriados para combater esse conjunto de ataques. Assim, os únicos pontos

aprovados foram de luta contra o ponto a partir da negociação com a Secretaria e a prefeitura, e aprovação formal de participação na paralisação geral do dia 18 de março.

A Corrente Proletária, por meio de fala e boletim, defendeu que o dia 18 de março deveria ser o ponto de partida para uma greve geral por tempo indeterminado, para lutarmos contra os ataques particulares e gerais dos governos (municipal, estadual e federal). Apontamos que era preciso aprovar a construção da greve na categoria, que convergisse com a greve geral da educação do dia 18, e não como mais um dia solto e descolado das lutas particulares. A burocracia, na votação, manejou de modo a sequer votar a greve na categoria, aprovando apenas a paralisação no dia nacional, e indicando as mesas de negociação (sem luta) com o governo. Uma traição e uma colaboração tamanha, diante dos ataques que todos os trabalhadores estão sofrendo.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Rondônia

Governador fascistizante quer impor a censura nas escolas

O governo de Rondônia foi ganho por um bolsonarista, Marcos Rocha, do PSL. Desde que assumiu, tem implantado um regime de autoritarismo, nas suas falas e nas medidas. Em 2019, através da Secretaria da Educação, emitiu uma orientação, proibindo realização de palestras e eventos nas escolas estaduais, sem que antes fossem remetidas para aprovação pela Secretaria, ferindo a organização de atividades das unidades escolares. O controle ideológico era para evitar atividades sindicais ou políticas que se chocassem com as medidas do governo.

Agora, no início de fevereiro, uma escola cívico-militar, gerida por militares, mas com trabalhadores da rede estadual de ensino, foram afastados por indicarem a participação na assembleia da categoria. Foram dez professores afastados por não terem o “perfil” que o gestor da Escola Tiradentes, um capitão da PM, queria em “sua” unidade. Entre os professores, alguns já lecionam nessa escola há mais de quinze anos, e apenas a indicação que participariam da assembleia organizada pelo Sintero foi suficiente para serem enviados para a Secretaria de Educação. Mais uma atividade de controle exercida pelo governo autoritário, através de seus capangas nos cargos de poder.

Ainda este ano, no início do semestre, a Secretaria de Educação mandou recolher 43 livros de literatura brasileira

e estrangeira das bibliotecas das escolas estaduais, por conterem “material impróprio”. Sequer eram livros novos, mas livros consagrados nacional e mundialmente, como “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, e “Macunaíma”, de Mário de Andrade, revelando o grau de obscurantismo que domina hoje o governo do Estado de Rondônia. Após ampla repercussão negativa, com matérias na imprensa nacional e atuação de órgãos, como OAB, STF, MPF, o governador retirou a proibição dos livros.

Tudo isso só mostra com clareza o objetivo de implantar a censura nas escolas, implantando ideologicamente a cartilha obscurantista e autoritária do governo ultradireitista. É parte, portanto, do caráter fascistizante dos governos atuais. Se não há denúncia e luta contra cada uma dessas medidas, a tendência é que elas se generalizem e recrudesçam.

Sabemos que, em uma sociedade de classe, a liberdade de expressão é uma formalidade superficialmente permitida, no entanto, é preciso lutar contra as manifestações autoritárias que querem restringir ainda mais esse direito. Daí a necessidade de não só denunciar, mas colocar como pauta essas medidas, para que, na luta, apoiando-se nas mobilizações massivas de todos os explorados, consigamos resistir e avançar contra esses governos mais autoritários que têm ganhado força, desde o golpe de 2016.

Eleições de representantes discentes são invalidadas na UFABC

Realizado o processo eleitoral para representantes nos Conselhos Superiores (ConsUni e ConsEPE) da UFABC, o Relatório Final da Comissão Eleitoral (CE) invalidou as eleições para representantes discentes da graduação. Conforme consta no relatório, a decisão foi motivada pelo recebimento de 6 denúncias de irregularidade eleitoral, tendo em vista que, nos dias de votação (que ocorre de forma eletrônica/on-line), foi instalado, por algumas chapas, um ponto fixo de votação com notebook (urna presencial), visando a facilitar a votação e, evidentemente, angariar votos prática que foi comprovada por membros da CE. Não há, nas normas da UFABC, qualquer regra que impeça a facilitação das eleições com a disponibilização de notebooks. Diante disso, a CE consultou a Procuradoria Federal junto à UFABC, a qual indicou que “se não há entendimento claro acerca de alguma ocorrência em processos eleitorais, é preciso recorrer à hierarquia de leis que regem o tema”. Assim a CE recorreu à legislação burguesa para fundamentar sua decisão.

Diante da divulgação do Relatório Final, no dia 9/3, as 4 chapas vencedoras, formadas pelo PCR/UP, lançaram mão de um abaixo-assinado para rejeitar a decisão da CE. Segundo o abaixo-assinado, “após a divulgação do[s] resultados da vota-

ção, foi encaminhado um pedido de impugnação das chapas do Correnteza por parte das chapas perdedoras (PT e PCdoB), e o pedido foi aceito pela comissão eleitoral autoritária e golpista”. No entanto, em nenhum momento, o Relatório da CE menciona que houve pedido de impugnação das chapas, inclusive, o mesmo relatório informa que não homologou a solicitação da retirada da chapa 11 (PCdoB), feita em meio ao período eleitoral, porque a Resolução prevê o prazo de até 7 dias antes do pleito para renúncia de candidaturas.

O abaixo-assinado, elaborado pelo Correnteza/PCR, omitiu tanto os motivos reais apresentados no Relatório Final da CE, quanto o fato de que eles também a integravam. Em 10 de março, integrantes da chapa 5, ligada ao estalinista PCdoB, divulgaram uma nota, denunciando o “calunioso abaixo-assinado” do Movimento Correnteza (PCR). A denúncia apresenta uma série de erros. O principal deles: não expõe que a impugnação das chapas não foi uma questão colocada pela CE, ao contrário do alegado pelo PCR. O fato é que a denúncia ganhou repercussão, e diversos estudantes, inclusive alguns que já foram ligados ao Correnteza, posicionaram-se no sentido da rejeição da política do PCR.

Para entender esse caso, vale lembrar de um acontecimento

de 2017, que ocorreu durante a gestão do PCR no DCE. Diante do ataque da Procuradoria, apoiada pela Reitoria, que levou à interdição física do espaço estudantil, com o corte de luz e internet, e retirada das atividades que garantiam o autofinanciamento das entidades (cantina e xérox), e a cessão do espaço para empresas com fins lucrativos, a política da gestão do DCE foi a de fazer abaixo-assinados contra a decisão da Procuradoria. Mais tarde, atuaram no sentido de postergar as discussões, visando às eleições da Reitoria, uma vez que o então vice-reitor, futuro reitor “progressista”, sinalizava apoio às entidades estudantis. A luta direta foi relegada a segundo plano e, praticamente, não ocorreu, apesar da quase unanimidade dos estudantes se colocarem contra o ataque da Procuradoria/Reitoria.

Esse processo prévio é elucidativo para compreender o processo atual. Por um lado, a universidade, seguindo as imposições da Procuradoria, recorre à legislação burguesa para intervir na autonomia dos estudantes. Chega ao ponto de usar um artigo da legislação burguesa que caracteriza a boca de urna como crime. No entanto, não pode assumir tal posição de forma contundente e encaminhar o caso para a esfera penal – já que se trataria de um crime, pois, sabe que não é este o caso. Por outro, mostra que o estalinista PCR se tornou vítima de sua própria política de passividade, ao impulsionar os abaixo-assinados, no lugar da ação direta. Outro exemplo disso é que a atual gestão do DCE (PCR) não convocou uma Assembleia Estudantil para discutir a participação e paralisação da categoria no dia 18 de março. Pior ainda, no dia 11/3 convocaram uma assembleia para o dia 13/3, um dia após a assembleia unificada que ocorreu no dia 12/3, apenas com a pauta da eleição da Comissão Eleitoral e prestação de contas.

Não temos dúvida de que as conquistas do movimento estu-

dantil, e do movimento educacional como um todo, só podem vir da ação direta. Não defendemos a democracia abstrata. Ao contrário, combatemos a democracia burguesa e lutamos pela democracia operária. O Estado burguês e a burocracia universitária são incapazes de garantir a autonomia universitária. Nas sociedades de classes, a educação é de classe, e também a universidade é de classe. Ocorre que, na época do capitalismo em decomposição, a ditadura de classe burguesa diante das crises necessita cada vez mais restringir a democracia, e utilizar o au-

(...) apesar de rejeitar a atual estrutura universitária, baseada em um sistema medieval antidemocrático, em que os órgãos são compostos por uma elite burocrática, defendemos de forma intransigente o direito democrático dos estudantes elegerem seus próprios representantes.

toritarismo. De modo que a luta por liberdades democráticas se choca contra a própria democracia burguesa, confrontando-se diretamente com a política burguesa. Assim, apesar de rejeitar a atual estrutura universitária, baseada em um sistema medieval antidemocrático, em que os órgãos são compostos por uma elite burocrática, defendemos de forma intransigente o direito democrático dos estudantes elegerem seus próprios representantes. Rejeitamos o novo calendário eleitoral proposto pela CE. Exigimos que o DCE convoque uma Assembleia Estudantil para que os estudantes, através de seus instrumentos próprios de organização e deliberação, possam debater e decidir sobre as eleições dos representantes discentes.

Atos do Dia Internacional da Mulher

Recife

O ato do dia Internacional da mulher ocorreu no dia 09 de março, com a participação de diversas correntes políticas, sindicatos de professores, centrais sindicais e movimentos sociais. A classe operária, mais uma vez, esteve ausente do dia Internacional da Mulher. Teve a participação predominante da classe média, e as bandeiras levantadas expressavam sua política.

Na concentração, houve rodas de diálogo, com os temas: Antirracismo; Antipatriarcado; e Anticapitalismo. Como se vê, a separação entre a opressão de raça, gênero e classe ditou a forma da organização. A roda de “anticapitalismo” deveria ser mediada pela CSP-Conlutas e CUT, mas só começou com muito atraso. Militantes do PT e PCdoB, da burocracia sindical, abriram as falas, mostrando como as reformas de Bolsonaro afetam as mulheres, e o cenário de crise mostra um futuro sombrio. Uma militante do POR se inscreveu e mostrou que toda opressão tem sua raiz de classe, que o capitalismo não tem nada a oferecer às mulheres, e que será necessário derrubá-lo de forma revolucionária, para acabar com a propriedade privada, acabar com a escravidão no lar, e garantir a real emancipação da mulher, junto com os demais oprimidos



e explorados. Mostrou que o 8 de março surgiu a partir da luta das mulheres operárias, e esta data foi adotada em homenagem às mulheres russas, que deram o ponto de partida para a Revolução Russa. O debate mal tinha começado, mas foi interrompido pelas organizadoras, sem nem mesmo garantir a continuidade das falas. Foi só um faz de conta.

Depois, houve fala das organizações de mulheres, que atuaram na preparação do ato. Já é uma prática que organizações “mistas” não possam falar, apenas se forem “mulheres da CUT”, “coletivo feminista do PSOL”, etc. O chamado se deu sob a bandeira: “Feministas contra a violência do estado racista, patriarcal e capitalista”. As intervenções expressavam que a resposta aos ataques do governo Bolsonaro e violência sofrida pelas mulheres é o fortalecimento do feminismo, que defende que a opressão às



São Paulo / A limitação da manifestação esteve na política das direções. A convocatória da manifestação por mais de 80 entidades, se, por um lado, mostra a importância do dia internacional da mulher, por outro, mostra também a profunda fragmentação, em especial dos chamados grupos de “minorias”.

mulheres se dá por causa do gênero, e não por estar enraizada na propriedade privada, e que é parte da opressão capitalista, assim como a opressão sofrida pela maioria dos negros.

A política do feminismo atende aos anseios da pequena-burguesia, por mais punição e educação aos homens opressores. A “classe” que aparece junto a gênero e raça, restringe-se a uma compreensão de classe como faixa de renda, e não como expressão dos antagonismos na sociedade capitalista. Dessa forma, o Dia Internacional da mulher se deu separado de sua origem classista, e a opressão da mulher teve suas raízes encobertas. A burocracia sindical que coordenou a roda “Anticapitalista” não moveu um dedo para convocar a classe nas portas das fábricas e nos bairros operários, não chama as mulheres e homens para lutar por condições de trabalho, salário e emprego, parando a produção, bloqueando as ruas e se chocando com a burguesia, que avança na destruição de direitos, inclusive os de proteção à mulher, que foram conquistados com o sangue da classe operária.

O POR atuou no ato com banca, venda do Jornal Massas, distribuição dos manifestos e com a faixa: “PELA EMANCIPAÇÃO DA MULHER, ABAIXO O CAPITALISMO!”.

Natal

Ocorreram dois atos separados: um chamado pela CUT, no dia 08/03, e outro chamado pela Conlutas e Intersindical, no dia 09/03.

O ato do dia 08/03 iniciou no bairro nobre de Petrópolis, descendo para a Praia do Meio, e contou com a presença da CUT, UNE e UMES, SINTE, PT, Marcha Mundial das Mulheres, Levante Popular da Juventude, Marcha das Margaridas, Policiais Antifascismo, MST, MLB, SINASEFE, ADURN, POR dentre outros. As consignas incluíam o “Lula Livre, Fora Bolsonaro e Ele Não”. O POR atuou com manifesto, faixa e intervenção no microfone.

O ato do dia 09/03 ocorreu no Centro da Cidade. Contou com a presença da Conlutas, Bancários, DCE UFRN, UESP, MLB, Movimento Mulheres em Luta, PSTU, PCB, PSOL, MRT, PCR (Unidade Popular), etc. Entre as consignas, estava a de “Ditadura nunca mais”, e bandeiras Contra a reforma da Previdência de Fátima, e também contra o machismo. O POR interveio com manifesto e fala no carro de som.

O divisionismo imposto pelas direções sindicais, mais uma vez, serviu para dividir os trabalhadores. Refletiu, também, as disputas aparelhistas entre as centrais e sindicatos, o primeiro ato mais abertamente petista, e o outro mais controlado pelo PSTU e PSOL.

São Paulo

Neste 08 de março, milhares de manifestantes tomaram a avenida Paulista, debaixo de chuva, demonstrando uma grande disposição de luta. A importante passeata denunciou as diversas formas de violência que sofrem as mulheres. Os dados das diferenças salariais, do desemprego, da mortalidade feminina (principal-

Publicado o livro:

REPOSTA MARXISTA ÀS OPRESSÕES

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

mente da mulher negra e proletária), etc. são aterrorizantes, mas amplamente conhecidos. O protesto denunciou também o governo fascizante de Bolsonaro, que tem aprofundado os ataques contra os direitos, e denunciou o assassinato político de Marielle Franco, que completa 2 anos, sem ter tido uma solução.

A limitação da manifestação esteve na política das direções. A convocatória da manifestação por mais de 80 entidades, se, por um lado, mostra a importância do dia internacional da mulher, por outro, mostra também a profunda fragmentação, em especial dos chamados grupos de “minorias”.

Destaca-se o tom eleitoral à denúncia do governo dado pelas direções reformistas, em especial PT e PSOL. A principal bandeira levantada foi a de “Fora Bolsonaro”. Busca, assim, alimentar ilusão de que um novo governo “mais democrático” poderia cumprir um papel progressivo. Na prática, constitui-se como uma continuidade da bandeira eleitoral do “Lula livre”. As evocações, feitas em diversos momentos, da velha bandeira do “Ele Não”, ajudam a mostrar tal caráter eleitoral. Não bastasse tudo isso, o espaço cedido em especial para as mulheres parlamentares falarem durante o ato foi mais uma demonstração cabal desse conteúdo eleitoral.

Em oposição a essa linha eleitoral, o POR interveio defendendo que o Dia Internacional das Mulheres deveria ser um dia de luta, um dia de resistência das mulheres exploradas e oprimidas. Que era preciso lutar contra a violência, contra o desemprego, em defesa de salário, em defesa do direito à maternidade, direito à creche. Que se deveria lutar contra a condição da mulher como escrava do lar, que lhe é imposta pela burguesia. Que era preci-

so combater o governo Bolsonaro, mas não pela via do voto, mas ocupando as ruas, ocupando as fábricas e paralisando a produção. Defendeu a necessidade de superar as ilusões no parlamento, que era preciso confiar apenas nas próprias forças dos trabalhadores, reunindo a maioria oprimida nacional para derrotar a burguesia e erguer o governo operário e camponês. Encerrou sua fala dando um viva ao socialismo.

A manifestação mostrou que existe uma grande disposição de luta. Mas, a política de suas direções não permitiu que ela servisse como um elemento de fortalecimento da mobilização geral contra os governos, e em defesa das condições de vida dos explorados. Apesar de ter sido colocada a convocatória do ato do dia 18, não foi apontada a necessidade da greve geral contra as medidas que vêm sendo aplicadas. Se, por exemplo, a reforma da Previdência ataca os explorados em geral, ataca em especial as mulheres, que tiveram sua idade de aposentadoria elevada em mais anos. O mesmo vale para as reformas trabalhista, a lei da terceirização, a MP da liberdade econômica, a MP da carteira verde e amarela, etc.

A manifestação demonstrou, também, a profunda crise de direção que vivemos. A luta não deve se limitar à denúncia do governo de plantão, deve se colocar concretamente contra as medidas que vêm sendo aprovadas pelos governos burgueses, que incluem os governos do PT. A verdade é que as direções burocráticas e eleitoreiras não defendem de fato as mulheres oprimidas. Está colocada a necessidade de constituir uma direção revolucionária que varra todo esse oportunismo eleitoreiro.

Rio Grande do Norte

POR realiza formação sobre o dia da mulher em Natal

A atividade ocorreu no dia 07 de março, e iniciou-se com a separação em grupos para a discussão da resolução sobre a questão da mulher, aprovada na Conferência do CERQUI. Posteriormente, abriu-se a plenária para a socialização das discussões. Um dos eixos se deu em torno da discussão da origem da opressão sobre a mulher, e como acabar com essa forma de opressão. Esta se originou na pré-história, com o surgimento da propriedade privada, do surgimento das classes sociais, e da necessidade de herança da riqueza no interior da família monogâmica, relegando a mulher à escravidão do lar. O fim da opressão sobre a mulher se dará a partir da revolução proletária, que transformará a propriedade capitalista em propriedade social, e acabará com as bases materiais da família monogâmica, e libertará a mulher das tarefas domésticas.

Colocou-se também a questão de que o reformismo não procura combater a opressão da mulher em sua raiz, mas por meio da educação e coerção. Que fragmenta as várias formas de opressão em lutas particulares, sem canalizá-los para uma luta comum contra o sistema capitalista. A luta pela emancipação da mulher, com suas reivindicações democráticas de trabalho igual salário igual, direito ao aborto e reconhecimento da função social da maternidade, são parte da luta dos explorados, sob a estratégia da revolução social.

Em seguida, foram apresentados informes sobre a greve da PM no Ceará e a Greve na Educação no RN. Observou-se como que os governos do PT, enquanto se colocam formalmente, no parlamento, contra as medidas de Bolsonaro, ao mesmo tempo, em seus governos estaduais, aplicam em essência a mesma polí-

tica, como é o caso das reformas da Previdência no Ceará e RN, da repressão à greve da PM no Ceará, em unidade com o governo federal, e a negação do governo Fátima em cumprir o repasse do Piso do magistério.

Por fim, realizou-se uma rodada de discussão sobre os problemas concretos que os secundaristas enfrentam nas escolas, e a necessidade de unir a luta dos trabalhadores em educação em greve por salário com a luta dos estudantes por melhoria nas condições de ensino.

Curso de Formação Política Permanente

«O Imperialismo, fase superior do capitalismo»

Lenin

Domingo
15 / 03
14h30

+ balanço da greve dos petroleiros

4 POR **Partido Operário Revolucionário**

www.pormassas.org
cpe.por.pe@gmail.com




Regional do POR-Ceará

03 de março de 2020

Fim da greve da PM: Isolamento e frente das frações burguesas derrotam o movimento

A assembleia dos policiais militares, realizada na noite de domingo (01/03), no 18º BPM votou, por maioria, pelo fim da greve e retorno ao trabalho. Foram 13 dias de paralisação, iniciados na tarde do dia 18/02. Acoçada por todos os lados, atacada pela imprensa, reprimida com veemência pelo governo, isolada pela buro-

cracia sindical reformista, e minada, por dentro, pelas lideranças derrotadas nas negociações de fevereiro, a tropa se dividiu e abriu caminho para o fim do movimento. A proposta, aceita na assembleia e apresentada por parte da liderança (Cabo Monteiro, vereador Sargento Reginauro e deputado Soldado Noélcio), foi o resultado de uma costura, realizada no interior da *Comissão Especial*, integrada pelos três poderes, bem como pela OAB, Exército, Força Nacional de Segurança, Defensoria Pública, e constituída com fins de passar uma corda no pescoço dos grevistas.

Seu teor é o de uma rendição disfarçada. O governo não alocará um centavo a mais aos R\$ 495 milhões, destinados à reestruturação, conforme o acordo de fevereiro, mas estará aberto a uma “rediscussão da tabela salarial”. Rediscussão puramente ilusória, uma vez que deslocar recursos de patentes mais altas para as mais baixas esbarra na vontade soberana dos oficiais, que não permitirão a retirada de um níquel de suas gordas remunerações. A anistia administrativa, a segunda pauta vital do movimento, foi integralmente rejeitada pelo governo, que cedeu apenas na proclamação de que haverá “o devido processo, o contraditório e a garantia de defesa”, na aplicação do código de processo penal militar, na abertura de inquéritos policiais militares (IPM), e nos processos administrativos disciplinares (PAD). O que é a obrigação legal do Estado – a isenção nos processos movidos pela Corregedoria – foi apresentada como uma concessão piedosa! Não pode haver prova maior, e explícito



Seu teor é o de uma rendição disfarçada. O governo não alocará um centavo a mais aos R\$ 495 milhões, destinados à reestruturação, conforme o acordo de fevereiro, mas estará aberto a uma “rediscussão da tabela salarial”. Rediscussão puramente ilusória, uma vez que deslocar recursos de patentes mais altas para as mais baixas esbarra na vontade soberana dos oficiais, que não permitirão a retirada de um níquel de suas gordas remunerações.

reconhecimento, dos abusos e perseguições sobre as tropas, com a cobertura do governo! Dentro deste espírito de enfeitar o machado com flores antes de partir a cabeça dos amotinados, o misericordioso governo petista se compromete a não enviar nenhum grevista para o interior no estado (forma comum de perseguição), antes de 60

dias, contados a partir do encerramento da greve! E toda essa carnificina administrativa será devidamente acompanhada por “respeitados” representantes da OAB, Defensoria e MPF.

O governo venceu; impôs a desocupação dos batalhões, manteve afastados 230 policiais por motim e insubordinação, suspendeu seus salários por 90 dias, e encarcerou 47 PMs, acusados de deserção e outros delitos. Nada indica que a revisão dos processos disciplinares abertos possa servir de tábua de salvação.

O procurador-geral do Estado, Juvêncio Vasconcelos, que representou o governador Camilo Santana nas audiências da comissão especial, liderou o coro de rejeições à presença do Cabo Sabino

(dirigente da greve com ordem de prisão em aberto por motim) na mesa de negociações. O afastamento de Sabino das negociações, assim como da associação das esposas de policiais (ASSEPEC), serviu para enfraquecer a titubeante ala grevista, e abrir caminho aos líderes antigrevistas. Os 18 pontos de pauta, apresentados no dia 26, caíram para apenas 3, no dia seguinte. O governo continuava firme na pretensão de cercar os grevistas. No dia 01/03, já não havia proposta alguma, apenas luta para amenizar as punições. O Coronel Aguinaldo de Oliveira, bolsonarista e chefe da Força Nacional de Segurança, ficou livre para fazer demagogia com a tropa, no 18º BPM, chamando os policiais de “corajosos”, e pedindo o fim da greve que ele mesmo combatera nas ruas, ao dirigir a Força Nacional. Ao lado dele, Sabino, que soube captar o instinto de revolta da

tropa para iniciar a greve, mas teve, em contrapartida, pouca habilidade em fortalecê-la e dirigi-la, foi tragado pela derrota do movimento, e reconheceu que o recuo sem anistia era fatal: “*vocês acabaram de assinar minha demissão*”, desabafou ao final da assembleia.

Toda a rica experiência da greve mostrou como a luta de classes se projeta até mesmo no seio das forças repressivas do Estado. Uma corrente revolucionária sabe do papel estratégico do proletariado na era do capitalismo em decomposição. O programa da revolução proletária nos impõe ganhar uma fração das massas oprimidas, mas implica, também, que se deva trabalhar no seio das tropas com as bandeiras democráticas. Somente o proletariado poderá assegurar a correta direção política à greve das baixas patentes da PM e levá-la à vitória!

A consolidação da frente burguesa para esmagar os grevistas

A autorização de Sérgio Moro para o uso da Força Nacional de Segurança no Ceará, e a assinatura do decreto da GLO, por Bolsonaro, liberando 2.500 homens do Exército, não podiam deixar lugar a dúvidas quanto à ampla unidade burguesa que se formava para esmagar os grevistas. Diante da ruptura da ordem estatal, com a rebelião da PM, por salário, a burguesia precisa recuperar a centralização férrea sobre o aparato do Estado. Diante da ameaça grevista em outros estados, as frações burguesas se uniram em bloco, para combater a greve, e arrastaram consigo seus serviços reformistas e estalinistas. Camilo Santana, do PT, e a burocracia sindical cutista se viram numa aliança informal com Bolsonaro, STF, Congresso, Assembleia Legislativa, imprensa, Forças Armadas e os partidos burgueses em geral, contra policiais e suas famílias. O gesto de Moro e Bolsonaro de evitar, a princípio, declarações contra os grevistas, não vale nada como argumento em favor de que os bolsonaristas estavam por trás da greve para desestabilizar o governo petista, ou de que se tratava de um movimento de bandidos milicianos. Os papagaios petistas e pecedobistas não se dão ao trabalho de verificar que atos concretos valem mais que mil palavras. E, no campo dos atos concretos, a vinda da Força Nacional e do Exército implicou precisamente no enfraquecimento dos grevistas, seu isolamento, e menor capacidade de pressão sobre o governo. Eis porque Camilo pode sustentar durante tanto tempo a recusa de negociar com a polícia, e endurecer medidas contra ela. Por detrás das ações de Camilo, esteve o amparo do Governo Federal, ainda que titubeante e a contragosto. Moro, que, a princípio, silenciou sobre o caso, declarou, por fim, que a greve era ilegal, e que teria de acabar. O mesmo fizeram o Vice Mourão (PRTB) e o senador Major Olímpio (PSL). Bolsonaro, ameaçado, não apenas por governadores do nordeste, mas especialmente do sudeste, de romperem a centralização federativa, com o envio de tropas ao Ceará, prorrogou a GLO em mais uma semana. As ações, mais do que as simples declarações, são o que conta, no final das contas.

Para vencer, a greve da PM necessitava do apoio ativo da classe operária, ou de se entroncar com a greve geral do funcionalismo, que pudesse cercar o governador e forçá-lo a negociar as reivindicações. Estas condições estiveram ausentes, em razão do controle da burocracia cutista-petista sobre os aparatos sindicais. Pode-se dizer, sem medo, que a crise de direção revolucio-

nária determinou a derrota do movimento salarial da PM.

A hipocrisia burguesa sobre a violência

Os mais de 220 assassinatos, ocorridos durante a greve da PM no Ceará, foram e continuam a ser usados pelos porta-vozes da grande burguesia, imprensa monopolista e das correntes pequeno-burguesas para condenar os policiais grevistas e sua insensatez extremada. A mortandade assustadora do período foi logo colocada na conta dos grevistas. Ocorre que a grande burguesia jamais esteve preocupada com quaisquer destas mortes, que, em sua maioria, são de jovens negros, desempregados, moradores de favelas, etc. Interessa-lhes exclusiva e hipocritamente usá-la como arma política contra o movimento da tropa. A burguesia e seus governos não podem reconhe-



cer a decomposição de seu sistema e a barbárie que impera por todos os lados. Com ou sem polícia nas ruas, o número de assassinatos, roubos e agressões está fora de controle. Apenas os mais miseráveis reformistas e os lacaios de primeira ordem podem pretender obscurecer a barbárie social que mata todos os dias, com a ausência dos policiais grevistas nas ruas.

Com ajuda do PSOL, governo Camilo Santana impõe PEC do fim da anistia para perseguir policiais

Enquanto Camilo combatia a greve da PM, solicitando a presença de tropas federais, do Exército, e prendendo grevistas, o governo atuava, paralelamente no ataque às associações policiais, com uma CPI, e na aprovação da PEC da proibição da anistia. O presidente da Assembleia Legislativa, José Sarto (PDT), figura da claqué dos Ferreira Gomes, declarou, no início da tramitação da PEC, que “*não haverá anistia para esse tipo que não é PM, é bandido*”. Uma ampla frente partidária, dirigida pelo PDT e PT, passando por MDB, PL, SD, PCdoB, PSD, PSB e Republicanos, assegurou sua aprovação, por 34 votos a favor, 2 contra, e 4 abstenções. A surpresa ficou por conta do PSOL, dep. Renato Roseno, que votou com o governo Camilo, e em favor da repressão sobre os grevistas. Roseno, que milita em favor dos direitos humanos, com seu voto, ajudou a pôr uma lápide sobre o direito democrático de greve aos policiais. Era demais, exigir do PSOL a defesa do programa militar do proletariado, uma vez que rechaça o marxismo-leninismo-trotskyismo, mas o voto contrário a um direito democrático elementar, sua negação, à polícia, da conveniência de lutar por salários com greves, se assim o desejarem, mostra que seu futuro está na ala esquerda da frente burguesa antidemocrática.

Nesta edição:

- **Bolívia:** Resposta aos caluniadores.
- **Argentina:** Fernández subordina a economia ao pagamento da dívida.
- **Chile:** Os acontecimentos que ocorreram no Festival de Viña del Mar expressam claramente a situação revolucionária do país.
- **Chile:** Abaixo a farsa da reforma constitucional!
- **Lênin:** *Apontamentos sobre a História do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**

Bolívia**Resposta aos caluniadores****URMA desenvolveu uma política consequente à frente das Federações de La Paz, Cochabamba, Chuquisaca e outras**

4 de março de 2020

Os elementos agrupados no agonizante Partido Comunista da Bolívia (PCB), que estiveram no governo com o MAS durante os últimos 14 anos, cujas frentes sindicais no magistério se identificam como FUM (La Paz) e FDM (Cochabamba), estão desenvolvendo uma descomunal guerra suja contra a URMA (União Revolucionária do Magistério) e o trotskismo. Pretendem nos identificar, a todo custo, com as correntes direitistas que estiveram presentes durante o levante social do ano passado e com o governo direitista de Añez. Como resposta a estes desqualificados, devemos deixar clara a política consequente da URMA e do trotskismo, à frente das maiores federações do magistério boliviano:

1. - Sim, combatemos o governo direitista do MAS. Contra a sua política de entrega dos recursos mineiros, petroleiros e agrícolas às empresas privadas e às transnacionais; que se entregou ao empresariado privado e ao imperialismo, um governo que recebeu o apoio de Luis Almagro (representante de uma agência imperialista, a OEA) para eternizar-se no poder; travamos um combate sem trégua contra a retrógrada reforma educacional do MAS, pela defesa das conquistas econômicas, sociais e profissionais do magistério atacado pelo MAS.

2. - Sim, participamos da eclosão social de outubro/novembro do ano passado, que acabou expulsando do poder um dos governos mais cínicos e corruptos deste país; fizemos isto, sob a bandeira de independência política das organizações sindicais e populares, para nos diferenciar da velha direita, que se movia desde o seio da classe média acomodada, e que se expressava através das diferentes correntes que hoje lutam para ficar no poder, para continuar roubando e manter a política entreguista e antipopular, que iniciou o MAS. Durante o conflito, nos chocamos com todas estas excrescências da politicagem direitista, e levantamos a consigna “nem masistas, nem mesistas, nem chamachistas”.

3.- Quando se organizava o governo de transição, os caluniadores difundiram o rumor de que José Luis Alvares seria o novo Ministro da Educação. A resposta da URMA foi categórica, dizendo que os revolucionários rechaçam toda possibilidade de ser parte de um governo direitista, como o de Añez.

Insistiram que a ministra Virginia Paty era a cota do poder do trotskismo, mas quem realmente estava envolvido com esta auto-

ridade eram esses canalhas, que a tinham controlado por meio de Rudy Paty, militante de FUM (La Paz), e irmão da ministra.

Finalmente, inventaram outra calúnia, dizendo que a Vice Ministra da Educação Regular, recentemente nomeada, Gabina Condori, é da URMA. Esta senhora jamais pertenceu a nossas fileiras, e prova disto é que seu nome nunca apareceu em nenhuma lista de candidatos da frente. Até uns dias antes do levante social de outubro/novembro, essa senhora sempre se apresentou como militante do MAS e defensora do processo de mudança e, nesta condição, ocupou cargos no governo de Cochabamba.

Sua metamorfose tornou-se surpreendente quando, durante as mobilizações, apareceu como “motoqueira do sul”, vestida de maneira estranha, e com o cabelo pintado de loiro. Posteriormente, apareceu nos meios de comunicação como defensora das crianças usadas pelo “pedófilo Evo Morales”, e reivindicando a representação de alguma etnia originária.

O único contato que teve a Federação (não a URMA) com esta senhora foi quando se decidiu participar do processo penal contra Frederico Pinaya, por ter enganado centenas de professores na organização de um loteamento em Quillacollo.

Com referência a Wily Ayala, atual assessor de Gabina Condori, nunca foi militante de URMA, mais ainda, com ele tivemos sérias divergências, por sua clara posição legalista e direitista. Se, em duas gestões, chegou a ser membro da Casa Pedagógica da Federação, é porque foi eleito em congressos ordinários do setor. Isto desmente novamente a atitude caluniosa e suja dos falsos comunistas e capachos do MAS.

Está clara a diferença: as condutas políticas da URMA e dos cretinos que se disfarçam de “comunistas” são diametralmente opostas. Os urmistas dedicam a vida à causa da libertação dos explorados e oprimidos deste país, sem desistir ou se vender por cargos e uns quantos centavos sujos; ao contrário, aqueles sempre foram servís aos governos de plantão, se aproveitaram de suas dívidas, foram convertidos no Judas, que vendeu as lutas das bases, e prostituíram os sindicatos.

(Extraído do Jornal Masas n. 2.622,
do Partido Obrero Revolucionario da Bolívia)

Argentina

Fernández subordina a economia ao pagamento da dívida

Mesmo sem ainda ter fechado acordo na negociação para pagamento da dívida, o governo já aplica as medidas recomendadas pelo capital financeiro. Além disso, já convidou o FMI para auditar e controlar as contas.

Disse isso bem claro, no seu discurso de 1º de março: “*fixamos objetivos fiscais e de política monetária que procuramos alcançar, partindo da renegociação da dívida*”.

Rapidamente, se esgotam as ilusões, criadas na maioria, de que a economia começaria a funcionar e deixar para trás os sofrimentos de tantos anos. Essas aspirações são incompatíveis com a política de reconhecer e pagar a dívida externa, adaptando a economia a esse objetivo. Vejamos o que disse e o que não disse em seu discurso:

1. O ajuste global de aposentadorias e pensões é inferior ao percentual que determinou a lei de Macri de 2017, provocando uma poupança orçamentária. O ajuste do mínimo é de 13%, e não de 18%, como disse o Presidente. Os bônus de dezembro e janeiro não se repetirão nos próximos meses, portanto, não devem se somar ao ajuste.
2. Em todos parâmetros de salários e aposentadorias, cuida-se de não mencionar qual é o valor atual do custo de vida, de \$ 62.000,00 em Buenos Aires. Só se fala em percentuais.
3. Um eixo de sua política é adiar as negociações salariais, limitar as reivindicações, eliminar as “cláusulas gatilho”, como se os trabalhadores fossem os responsáveis pela inflação.
4. Não menciona acabar com o trabalho informal e precarizado. Nem como reabrir todas as fábricas e oficinas fechadas. É urgente acabar com o desemprego e o subemprego. Mais de 50% dos trabalhadores têm problemas de emprego. Não se pode falar de pobreza, sem mencionar como resolver o flagelo do desemprego. Conhecemos os dados estatísticos, e sofremos na própria carne, o que falta são medidas concretas para criar massivamente empregos.
5. Não menciona a eliminação do IVA (imposto sobre o valor agregado) para todos os produtos de consumo popular. Continuamos pagando o mesmo percentual que os setores mais abastados da sociedade. A maior contribuição ao orçamento do Estado vem dos nossos bolsos. Não propõe imposto extraordinário aos superlucros, auferidos por alguns setores nos últimos anos.
6. O objetivo do governo é conseguir superávit fiscal para poder contar com os pesos para comprar dólares. O superávit comercial gerará dólares para pagar os credores. Disse: “*A política produtiva deve ter uma forte orientação para impulsionar as exportações*”. Mas, a realidade é que a situação externa não é a mesma de 2003/2008, nem no

volume da demanda, nem nos preços. A guerra comercial, agravada nos últimos anos, estancou o comércio mundial.

7. Promove as **exportações de hidrocarbonetos e minerais**, para contar com mais dólares para pagar. Disse: “*Iniciamos uma renovada batalha nacional pelo gás e o petróleo. Os hidrocarbonetos serão uma alavanca para o desenvolvimento produtivo do nosso país*”.

As multinacionais vêm para saquear, não virão para nos desenvolver, nunca foi assim, é um engano prosseguir com esta política. Elas exigem garantias de preços, rentabilidade, disposição de divisas e vantagens tributárias.

Isso só seria possível estatizando toda a exploração hidrocarbonífera. As multinacionais vêm para saquear, não virão para nos desenvolver, nunca foi assim, é um engano prosseguir com esta política. Elas exigem garantias de preços, rentabilidade, disposição de divisas e vantagens tributárias.

8. Disse: “*Na mineração também temos grandes possibilidades pendentes ... Em particular, a mineração metalífera e a do lítio se apresentam como grandes oportunidades para aumentar as exportações argentinas*”.

Outra vez o mesmo anúncio de dez anos atrás. Diziam que se gerariam 500.000 empregos. Qual o balanço daquela iniciativa? Não só esses empregos não foram criados, mas, deixaram um desastre ambiental, sem que se saiba quanto produzem, quanto exportam realmente, e quanto fica no país.

Já Mendoza lhes deu uma resposta contundente diante destas iniciativas de entrega da mineração às multinacionais.

9. Manterá uma cotização alta do dólar e uma “margem” para assegurar que não fujam os dólares necessários para pagar a dívida.
10. Não faz nenhuma menção à urgência de pôr em marcha um **plano de obras públicas**. Só disse que 60% das obras iniciadas pelo governo anterior estão paralisadas. É necessário construir pelo menos 400.000 moradias por ano. É evidente que continua vigente a exigência feita pelo FMI a Macri de congelar obras públicas.
11. Disse que se registraram aumentos excessivos das tarifas, que o serviço de gás aumentou em torno de 2.000%, e de eletricidade, aproximadamente 3.000%. Não só não toma nenhuma medida para acabar com esses ajustes excessivos, como os reconhece (seus ministros já mencionaram que estudam novos ajustes para meados do ano).
12. Não faz menção a um plano para colocar em marcha a **indústria ferroviária** para reconstruir a rede. É possível

produzir o necessário, sem necessidade de importar locomotivas, vagões e trilhos. Em seu discurso, só mencionou a decadência da infraestrutura.

13. Não menciona a necessidade de acabar com as **medidas neoliberais de Menem e da ditadura**. Recuperando todos os serviços privatizados, reestatizando-os. Não retrocede com as medidas contra a saúde e a educação. Nem tampouco menciona nacionalizar todo o sistema de transporte público e o petróleo, desde sua exploração até a comercialização. Dessa maneira, o país deixaria de ser refém das multinacionais e dos monopólios. O governo acata a orientação do capital financeiro, de que o Estado deve deixar de intervir na economia para deixar todo o espaço aos capitalistas.
14. Para se conhecer em profundidade as raízes da **inflação** e poder combatê-la, é necessário o controle operário coletivo da produção e distribuição, e a abertura da contabilidade de todas as empresas, acabando com o segredo comercial. Não é com discursos alertando os empresários que se conterão os preços. NÃO aceitamos que continue dizendo que nós todos *somos responsáveis* pela contenção dos preços. Os responsáveis são os empresários e o governo.
15. Disse o Presidente: “A **soberania** começa por nossa própria

As crises macroeconômicas provêm fundamentalmente da estrutura econômica do país. Da concentração dos meios de produção nas mãos dos latifundiários, multinacionais ou bancos locais. Da desnacionalização e primarização da economia. O principal obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas é a grande propriedade privada.

capacidade de estabelecer prioridades estratégicas, no marco de um novo contrato de cidadania social”.

NÃO. A soberania começa recuperando todos os recursos e todas as empresas estratégicas que estão nas mãos das multinacionais ou do grande capital nacional associado a elas. Acabar com todas as políticas de saque e entrega das últimas décadas. Fernández joga com as palavras para

manipular o apoio às suas medidas, que vão contra a defesa da soberania nacional. Não há forma de colaborar ou associar-se com as multinacionais, elas agem contra o interesse nacional.

16. Consta-se que o *peronismo* enterrou definitivamente **as bandeiras históricas do nacionalismo burguês**: não aparece sequer uma menção de acabar com o parasitismo bancário, nacionalizando o sistema, apenas pede que baixem as taxas de juros; nem expropriar a oligarquia latifundiária, somente aumentará um pouquinho as retenções à soja, e sem defender o monopólio do comércio exterior. Se não se tomam essas medidas, não haverá forma de li-

quidar a especulação.

17. O Presidente se equivoca mais uma vez, quando diz que “Argentina tem de **reconstruir seu sistema produtivo** para evitar as crises macroeconômicas que **provêm do setor externo**”. As crises macroeconômicas provêm fundamentalmente da estrutura econômica do país. Da concentração dos meios de produção nas mãos dos latifundiários, multinacionais ou bancos locais. Da desnacionalização e primarização da economia. O principal obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas é a grande propriedade privada.

Esse começo tão medroso do governo – dependente da aprovação do FMI –, que não toma nenhuma medida contundente para melhorar a situação da maioria, está provocando desilusão entre as massas. O que, mais cedo do que tarde, se converterá em luta pelas reivindicações. Os explorados passarão por cima da traição das direções sindicais, que submetem as reivindicações aos acordos com o FMI e os especuladores, jogando todos eles pela janela, com seus discursos e programas.

A classe operária deve se colocar à frente da luta dos oprimidos. Os operários das indústrias de óleos dão um claro exemplo de luta pelo salário, que deve estender-se ao conjunto da classe operária. E defender a urgente necessidade de estatizar os bancos e o comércio exterior, desconhecer a dívida externa, recuperar todos os recursos e empresas privatizadas. É hora de acabar com os latifundiários, expropriando-os, classe parasitária e antinacional, que nem sequer quer pagar impostos, e que se atreve a ameaçar a maioria da sociedade.

(Extraído do *Jornal Massas*, nº 365, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)



Boletim do
**Comitê de Enlace pela
Reconstrução da
IV Internacional**

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional
Versão em Português - fevereiro 2020 - R\$ 5,00

IV Conferência do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

TESES, RESOLUÇÕES E DOCUMENTOS

Índice - Teses sobre a situação política mundial e da América Latina - página 3 / Balanço da recente queda do governo de Evo Morales - página 10 / Aspectos ausentes ou que deveriam ser melhor discutidos no balanço final da crise revolucionária da Bolívia - página 18 / Resolução sobre o Chile - página 24 / Resolução sobre a Colômbia - página 25 / Teses sobre o centrismo - página 27 / Resolução sobre a opressão da mulher - página 30

**NOSSA TAREFA HISTÓRICA – Reconstruir o Partido
Mundial da Revolução Socialista**

Viva a IV Conferência do CERQUI!

Luta Operária – Comitê Construtor do POR-Chile

Os acontecimentos que ocorreram no Festival de Viña del Mar expressam claramente a situação revolucionária do país



A burguesia nacional, arrogante e torpe, hoje representada pelo governo Piñera, continua subestimando a firmeza de atitude das massas mobilizadas pela recuperação do que perdeu nos 46 anos de ditadura militar e civil. O que significou destruição de recursos naturais, indústrias, trabalho, moradia, previdência social, educação, saúde etc.

O atual governo representa a decomposição e decadência do capitalismo apodrecido. O regime político cai aos pedaços pela corrupção, suborno, roubo e malversação de fundos públicos, propinas, etc. Com a arrogância e a politicagem burguesa, o governo coloca-se por cima da maioria despojada de todo bem material, os trata como escravos que devem se submeter à barbárie capitalista sem resmungar.

O governo insiste em proclamar a paz e o processo Constituinte. Chama a “oposição” a realizar o acordo e os passos fixados em 15 de novembro de 2019. Traição que as massas em luta não esquecem, uma vez que, por um lado, representam os interesses do governo e do parlamento de manter a putrefação da burguesia; de outro, a reação contrária do proletariado e da maioria oprimida, para acabar com o sistema social que explora e oprime mais de 90% da nação.

Esses antagonismos se baseiam nas relações entre burguesia e o proletariado. Processo intimamente ligado à apodrecida sociedade capitalista. Não podemos permitir a conciliação de classes e deixar passar a política centrista e traiçoeira do “MAL MENOR”. Todo aquele que chame os explorados a aprovar o processo constituinte, seja com que nome for, cairá como Piñera, golpeado pelos fatos. Esse é o destino que a história outorga aos inimigos e aos traidores de sua classe.

Desde outubro do ano passado, todos os eventos internacionais, marcados com meses e anos de antecedência, foram cancelados, a exemplo da COOP 25 e APECH, porque não garantiam a normalidade do país. Inclusive, um jogo de futebol da Copa Libertadores foi suspenso e todos os outros transferidos para outros países.

Os governos federal, estadual e municipal apostaram em cercar e militarizar, com as forças repressivas da polícia civil e do exército, o perímetro do evento internacional, típico da decadência burguesa.

O governo e a oposição jogaram com o desgaste e desânimo das massas. Por mais de quatro meses de intensa atividade, tentaram, com o PSU (Prova de Seleção Universitária), mal calculada, bloquear o movimento estudantil, acreditando que com as férias, a juventude estaria imobilizada. Erro grosseiro erro; o movimento secundarista impediu por duas vezes a realização da prova. Para garantir esse processo, o governo militarizou, com forças especiais da polícia, os centros de estudo. A quantidade de estudantes que fizeram a prova foi baixa. O mais importante está em que permaneceu na mente de todos os chilenos que a educação e essa prova jogam um nefasto papel na sociedade de classe e segregada.

Os governos federal, estadual e municipal apostaram em cercar e militarizar, com as forças repressivas da polícia civil e do exército, o perímetro do evento internacional, típico da decadência burguesa. Com o valor de uma entrada na galeria, pode-se comer por mais de dez dias para quem recebe um salário mínimo meio ao mês de um aposentado. O preço de um camarote equivalia a dois meses de comida para os mais pobres.

A opulência e a miséria estão concentradas no centro de Viña del Mar. Mas a marginalidade e a miséria se encontram, vergonhosamente, nas populações periféricas, onde os assentamentos se destacam pela ocupação de terras, sem recursos básicos de água potável, eletricidade, sem transporte para mais de vinte mil famílias que vivem nessas condições. A renda econômica que o Município recebe pelo Festival de Viña é gasta altos salários, propinas e subornos políticos. Faz 16 anos que

Virginia Reginato é prefeita. No início da ditadura civil, foi ve-readora, isto é, por 30 anos vem se aproveitando dos benefícios de Viña del Mar. Pela lei, ela não podia exercer cargos públicos por não ter o ensino médio, sendo não terminou o primário. “Essa anomalia só é permitida para os agentes da burguesia, e não para o trabalhador que aspira a uma posição na burocracia do Estado. Processada por abandono dos deveres do funcionário público, e pela perda de mais de 17,5 milhões de pesos, processo que terminou próximo ao final de seu mandato, é necessário salientar que a prefeita, esteve ausente desde o começo do levante social. Apareceu às vésperas do Festival, apesar dos apelos das organizações para que o fechasse ou suspendesse. O que foi considerado um ato de barbárie pela burguesia e pela pequena burguesia, e não como um legítimo direito das massas de mostrar seu descontentamento diante dos anos em foram submetidas à crueldade e à barbárie capitalistas, bem como, diante das décadas em que o País foi mantido na mais absoluta decadência, de forma que nenhum governo burguês está em condições de dar solução.

A solução de problemas tão graves está nas mãos da classe operária e demais explorados. O que exige a construção consciente do Partido Operário Revolucionário. A direção revolucionária é fundamental para orientar e dirigir as massas sublevadas contra a sociedade capitalista, que tem de ser destruída. De fato, as massas mantêm férrea vontade de destruir todos os símbolos da opulência burguesa, causa da ruína humana e natural do País, especialmente do Hotel O’Higgins, centro dos

vícios burgueses desde os anos 40 do século passado. Nesse momento, a burguesia e suas autoridades acusam de delinquência a ação das massas, por deixarem sem trabalho os serviços que mantêm postos privilegiados e bons salários. Sendo que a burguesia é responsável pela perda de setores completos da produção, indústria e comércio e pela repressão brutal dos carabineiros e comerciantes contra aqueles que trabalham pela subsistência.

As mobilizações se fortalecem na medida em que aumenta o poder das Assembleias Populares. Essa organização das massas em luta se estende por todo o Chile, como cordões de Assembleias. O que permite, em nível nacional, que cada setor se incorpore - classe operária da mineração, pesca, agricultura e transporte terrestre e marítimo -, objetivando paralisar a produção capitalista e indicando o caminho da transformação socialista, encabeçada por um governo operário-camponês, ditadura do proletariado que esmague a ditadura burguesa.

Derrubar a Piñera!

Fim dos 46 anos de ditadura militar e civil!

O plesbicito é mais uma traição da politicagem burguesa

Anule seu voto!

Revolução e Ditadura do proletariado!

Viña del Mar, 25 de fevereiro de 2020

Chile

Abaixo a farsa da reforma constitucional! Manter o caminho do levante operário e popular. Construir o partido marxista-leninista-trotskista!

Em 26 de fevereiro, foram lançadas as campanhas dos partidos, convocando o referendo popular, fixado para dia 26 de abril, onde a população deverá responder se aprova reformar a Constituição, e qual o formato institucional da Convenção que redigirá a nova Carta Magna.

O plesbicito é produto do “Acordo pela Paz Social”, que resultou da convergência política da coalisão direitista oficialista de Vamos Chile, Nova Maioria (democratas cristãos), Frente Ampla, Partido Socialista (PS) e Partido Comunista do Chile (PCCCH). A ala ultrarreacionária da UDI, que consta da aliança governista, fará campanha pela rejeição.

Tudo indica que as massas votarão massivamente pela aprovação. As pesquisas, campanhas dos partidos e imprensa burguesa se orientam nesse sentido. Não se sabe, precisamente, qual será o formato da Constituinte.

O Partido Comunista Chileno (PCCCH) e o Partido Socialista (PS) são favoráveis a uma Assembleia Constituinte (“Convenção Constitucional”), com representantes eleitos em sua totalidade pelo voto universal. Vamos Chile trabalha pela aprovação de uma reforma nos marcos do Congresso (“Convenção Mista”), composta por metade de parlamentares, e outra metade de representantes eleitos pelo voto.

Após a aprovação no plesbicito, passarão de 9 a 12 meses

até a efetiva organização e funcionamento da Convenção. Além do tempo dos debates, que podem se alastrar por meses, a aprovação final das reformas dependerá da convocatória de um novo plesbicito, que terá de aprovar ou rejeitar a Constituição, ou emendas realizadas. Assim, a burguesia ganhará tempo para manobrar contra as tendências de luta dos explorados, e conter a crise política do regime. A demagogia democratizante e os debates da Convenção servirão para manter a população submissa a um processo sobre o qual não exerce nenhum controle.

Está absolutamente claro que, seja qual for seu formato, a Convenção não alterará o “poder de veto” que detém a direita e ultradireita, nas relações políticas e institucionais. Ocorre que as reformas propostas terão de ser aprovadas por dois terços da Convenção. A burguesia e o imperialismo não permitirão um verdadeiro ajuste de contas com a ditadura de Pinochet. A reforma constitucional e a Constituinte foram os meios encontrados para desviar a revolta dos explorados.

Foi o que se passou com o reatamento da democracia formal, em 1983, que teve como base jurídica a Constituição aprovada meses antes, sob a condução e controle do imperialismo e da ditadura esgotada. Em 11 de março de 1990, Patricio Alwyn assumiu o comando do Estado, e fundava o seu “governo demo-

crático”, sob a Constituição da ditadura. Nela, constam como prescrições fundamentais o Tratado de Livre Comércio (TLC), o regime de aposentadoria privada (AFP) e a imunidade jurídica dos militares genocidas. Não será, agora, com formalidades jurídicas que se romperá com o imperialismo, e se atenderão as necessidades dos explorados.

É previsível que o resultado do plesbicito seja usado como moeda de troca para acordar alterações negociadas entre a direita e a esquerda burguesas, que sejam do interesse das frações capitalistas, garantindo os seus negócios e os privilégios da alta burocracia do Estado. Essa via está explícita no conteúdo do “Acordo pela Paz Social”, que uniu a direita e esquerda da política burguesa, que tem por objetivo não alterar nada de essencial.

Foi contra os interesses dos capitalistas chilenos e do imperialismo que as massas deflagraram o levante popular, erguendo as bandeiras de fim das aposentadorias, saúde e educação privadas. A defesa da democracia e do “Estado de direito”, como vimos, tem por conteúdo o controle dos monopólios e do imperialismo sobre o conjunto do país, significa manter inalterados seus pilares de sustentação (economia, instituições e exército).

A Constituinte nascerá condicionada pela opressão nacional e interesses da grande propriedade privada monopolista. As campanhas pela reforma constitucional e a “democratização do país” dos partidos da direita e da esquerda burguesas servem de cobertura a essa impostura. Os atos comemorativos dos 30 anos do fim da ditadura fascista e genocida serviram para a burguesia enganar os chilenos, com a farsa de que nada teve a ver com o golpe sangrento de 11 de setembro de 1973. Os 46 anos da derrubada do governo de Unidade Popular serviram, agora, à burguesia, de tentativa de insuflar a ilusão entre os oprimidos de que, participando do plesbicito e elegendo seus representantes, para redigir democraticamente a primeira constituição, se porá fim às pesadas heranças da ditadura, que sobreviveram à sombra da democratização dos anos de 1990.

Se bem que os explorados odeiam e rechaçam a Constituição deixada por Pinochet, a elaboração de uma nova Carta Magna está sendo usada para negar as reivindicações do movimento que eclodiu em 7 de outubro, e arrefecer o choque das massas com o pinochetista Piñera. Estando ausente a direção revolucionária, uma importante parcela pode ser arrastada pela campanha da burguesia e seus lacaios socialdemocratas e estalinistas a apoiar a confecção de uma nova roupagem institucional e jurídica para a ditadura da grande burguesia. É obrigatório lembrar que a “socialista” Michele Bachelet, cujo governo, em 2005, foi obrigado a reformar aspectos da rejeitada Constituição, conservou o fundamental da instituição ditatorial.

Manobra semelhante à realizada pela frente partidária burguesa da Concertação, sob a máscara da “democratização do Estado”, se realiza agora, diante do levante popular. Desta vez, os democratizantes se unem à direita reacionária e pinochetista para salvar Piñera e proteger o Estado burguês. Não por acaso, Piñera, defensor das “conquistas econômicas e sociais” do regime pinochetista, se declara partidário da reforma Constitucional.

As ilusões constitucionalistas, despertadas pela instalação de uma Constituinte, é um claro recurso para amortecer os ins-

tintos de revolta das massas. O que assinalamos permite demonstrar que a legítima aspiração das massas, de acabar com o odiado regime pinochetista, está sendo usada pela frente ampla burguesa, com a retórica democratizante, para desviar o curso revolucionário para a constituição de um governo substituto de Piñera pela via eleitoral. Isso num momento convulsivo da luta de classes, tanto nacional como mundial. É nesse quadro que socialistas e estalinistas manobram, visando a constituir uma alternativa eleitoral. O PS e o PCCH estão de mãos dadas nesse objetivo, junto ao Partido Progressista, o Partido Igualdade, Partido Humanista, Esquerda Libertária e o movimento político Mapuce Walmapuwen.

As primeiras manifestações de alguns partidos centristas de esquerda são de participar do plesbicito pelo “Aprovo”. Querem fazer crer que, com a bandeira de “*Assembleia Constituinte Livre e Soberana*”, estariam se contrapondo à manobra constitucionalista da burguesia. Apesar da retórica socialista mais ou menos radical, os centristas, com suas diversas variações de “*Assembleia Livre e Soberana*”, não rompem com os moldes impostos pela burguesia. Auxiliam no objetivo da frente burguesa de alimentar as ilusões constitucionalistas, apresentando os tais dos “candidatos dos trabalhadores” e “independentes”.

É sintomático que tenha pairado sobre a gigantesca mobilização do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, cânticos e palavras de ordem a favor de uma nova Constituição. Isso quando as massas deveriam afirmar as reivindicações que as levaram à poderosa jornada de outubro. As feministas aproveitaram para potenciar a manobra burguesa em torno da “paridade de gênero” na representação política. Piñera aproveitou a festividade para declarar que, caso a opção “Aprovo” ganhe, em 26 de abril, impulsionará no Congresso a aprovação da “paridade de gênero” no processo Constituinte.

Para fixar a clara linha de independência e luta de classe no seio dos explorados, a vanguarda tem o dever de denunciar a manobra democratizante da burguesia, dirigida contra o levante operário e popular, que colocou a necessidade de pôr fim à aposentadoria, saúde e educação privadas, estatizando-as, sem indenizar os capitalistas. O fato das massas não contarem com a estratégia de poder próprio não as permite vincular seu instinto de revolta à opressão capitalista com a revolução proletária. Abriu-se uma nova fase da luta pela independência política e organizativa, diante das pressões constitucionalistas. Torna-se mais urgente a defesa das reivindicações, sob a estratégia da luta por um governo operário e camponês.

A presença de ilusões democráticas entre as massas, que ontem exigiam a queda do regime, não significa que os explorados realizaram uma virada para um completo apoio à saída democratizante e às instituições burguesas. A evidente contradição ressalta a gravidade da crise de direção revolucionária. O Comitê Construtor do POR chileno, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, vem lutando contra a canalização da revolta dos explorados para a Constituinte de Piñera e seus lacaios da oposição. A tarefa de pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista depende do fortalecimento do Comitê Construtor. A disposição da classe operária e demais oprimidos de se defender da desintegração do capitalismo, e a experiência trágica com a ditadura de Pinochet favorecem a defesa do programa da revolução e ditadura proletárias.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal Massas 604, cobrimos o período de fins de setembro à primeira semana de outubro de 1917. Lênin se achava apreensivo, diante da falta de decisão e morosidade da preparação da insurreição. Já havia respondido às pressões dos mencheviques e socialistas revolucionários, que atacavam os bolcheviques com o argumento de que o levante armado para tomar o poder seria uma aventura. O problema não se limitava aos adversários. Manifestava-se também no interior do partido, na forma de proteção e vacilação.

Em 10 de outubro, Lênin compareceu à reunião do Comitê Central. Conseguiu se deslocar clandestinamente, de Viborg a Petersburgo. Essa reunião foi decisiva. Aprovou a resolução apresentada por Lênin, que orientava os bolcheviques a preparar urgentemente a insurreição. É nessa reunião que ficou patente a oposição de dois mais importantes dirigentes. Kamenev e Zinoviev se opuseram aos argumentos de Lênin, e votaram contra a resolução. Trotsky colocou-se de acordo com a análise de que as condições estavam maduras para os operários, camponeses e soldados tomarem o poder. Fortaleceu as críticas de Lênin à resistência de Kamenev e Zinoviev. A diferença com Lênin foi a de que considerava importante para o levante armado o II Congresso dos Soviotes, que se realizaria logo mais. Em função desse argumento, se absteve na votação. Os demais membros apoiaram a resolução.

A ata da reunião de 10 de outubro se destacou como um documento de enorme valor histórico. Eis as principais passagens: *“O camarada Lênin afirma que desde o começo de setembro se observa certa indiferença ao problema da insurreição. Mas isso é inadmissível se lançamos seriamente a consigna de tomada do poder pelos soviets. É hora, portanto, de prestar atenção aos aspectos técnicos do problema. Pelo visto, já se perdeu muito tempo” (...)* *“A situação política influencia também consideravelmente nesse sentido. Se em 3 e 5 de julho tivéssemos pretendido realizar ações decisivas, teríamos fracassado porque não contávamos com o apoio da maioria. Desde então, realizamos imensos progressos” (...)* *“Esperar a Assembleia Constituinte, que evidentemente não estará de nosso lado, é absurdo, pois, não fará mais do que complicar nossa tarefa”.*

A essência da breve resolução consistiu: *“Ao considerar, portanto, que é inevitável a insurreição armada e que a situação para isso está plenamente madura, o CC ordena a todas as organizações do partido a se guiar de acordo com isso, discutir e resolver, de acordo com esse ponto de vista, todos os problemas práticos (...)*”.

Em 16 de outubro, em sequência, se realizou a reunião do Comitê Central. Lênin retomou a resolução votada anteriormente e fez considerações sobre a importância do ritmo dos acontecimentos. Os mencheviques e socialistas revolucionários, ao contrário de romperem com sua política de conciliação,

se colocaram ainda mais firmemente pela sustentação do governo Kerenski. Assim, não foi possível estabelecer um acordo em torno à tomada do poder pelos soviets. Lembremos que Lênin havia proposto uma frente com esses partidos para que o poder fosse tomado e constituído um governo apoiado nos soviets. Esgotada essa via, os bolcheviques deveriam se encarregar da insurreição. O que garantia a possibilidade de vitória era o fato dos bolcheviques terem conquistado a maioria nos soviets e quebrado a manobra dos conciliadores em torno à Conferência Democrática. Conclusão: *“Ou a ditadura de Kornilov, ou a ditadura do proletariado e das camadas mais pobres do campesinato”.* Lênin chamou a atenção para o método materialista: *“O partido não pode se guiar pelo estado de ânimo das massas, porque é variável e não se pode medir; o partido deve se guiar pela análise objetiva e uma avaliação da revolução”.* Fundamenta: *“As massas depositaram sua confiança nos bolcheviques, exigem deles fatos e não palavras, uma política decidida, tanto na luta contra a guerra, como na luta contra o desastre econômico. Se se tomar como base a análise política da revolução, se verá claramente que até as explosões anárquicas confirmam isso” (...)* *“Da análise política da luta de classes na Rússia e na Europa, surgiu a necessidade de seguir a política mais decidida e mais ativa, que somente pode consistir na insurreição armada”.*

Lênin demonstrou o erro de Zinoviev, cuja posição levava a “abandonar a consigna do poder aos soviets e a pressionar o governo. Essa posição desconhecia a análise concreta que demonstrava que a insurreição estava amadurecida, não existindo, portanto, uma atitude conspirativa. Depois de criticar o erro de Zinoviev em comparar a presente revolução com a de fevereiro, Lênin propõe a seguinte resolução: *“A reunião saúda e apoia totalmente a resolução do CC, e chama todas as organizações, todos os operários e soldados a prepararem em todos os seus aspectos e de maneira mais decidida a insurreição armada e a apoiar o centro criado com esse objetivo pelo Comitê Central; a reunião expressa sua plena convicção de que o CC e o Soviete indicaram oportunamente o momento propício e os métodos mais convenientes para a ofensiva”.*

Observa-se que esse foi o momento decisivo para os bolcheviques cumprirem a função do partido revolucionário de dirigir operários, camponeses e soldados a tomarem o poder. A experiência desses dias de outubro contém a valiosa lição sobre a firmeza programática, analítica e tática de Lênin diante das pressões que se manifestavam no interior dos bolcheviques, encarnadas por Kamenev e Zinoviev. A derrota dessa posição decidiu o curso da revolução.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, tomo XXVII, Akal Editor)

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org